Contraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP

QUANDO A GUERRA NÃO CHOCA

O Congo e a geopolítica da indiferença

ANO 25 Nº144 Junho/Julho 2025

Editorial

Em março deste ano, uma parede em um banheiro no "prédio velho" (Edifício Cardeal Motta, Campus Monte Alegre) da PUC-SP foi pichada. "A PUC não é pra árabe". O edifício, tombado como patrimônio histórico, data da década de 1920, momento em que ainda era um convento de freiras carmelitas. Por um tempo, até ocorreu uma comoção em jornais e movimentos estudantis, porém o ataque arabofóbico já está sendo esquecido.

O preconceito contra estudantes e professores de origem árabe cresce cada dia mais nas universidades do Estado. Tal exclusão vai muito além do ataque a um grupo, embora esta seja uma questão urgente. A pichação representa a perda da inclusão em uma instituição histórica, que tem um passado de muita luta contra a repressão.

Para além do ambiente acadêmico, é nítida a separação do indivíduo do ambiente que frequenta na sociedade brasileira. Hoje, alguém que acorda cedo passa perigo e perde o direito a sensação de pertencimento e auto importância durante todos os passos do cotidiano. É possível falecer no transporte público, sendo esmagado pela pressão do metrô. Abrir as redes sociais e ler notícias sobre líderes mundiais enviando bombas até civis. Ao chegar em seu ambiente de estudo, alguns se deparam com tinta explicando justamente o quão não bem-vindos são à sua própria vida.

O mundo para com o anúncio do *habemus papam*, e uma nova figura chega para representar o amor ao próximo. Nenhum líder político ou religioso é capaz de apresentar uma solução simples para um problema de escala mundial: estamos deixando de nos sentir pertencentes aos espaços que frequentamos. Não é só a PUC que "não é pra árabe", estamos chegando a um momento no qual a sociedade é que não é para (quase) ninguém.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitor Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior
Vice-Reitora Profa. Dra. Carla Reis Longhi
Pró-Reitor de Pós-Graduação Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde
Pró-Reitor de Graduação Prof. Dr. Flávio Mesquita Saraiva
Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos Prof. Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho
Pró-Reitor de Educação Continuada Prof. Dr. Paulo Sérgio Feuz
Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Profa. Dra. Myrt Thânia de Souza Cruz
Chefe de Gabinete Dr. Leonardo Florencio de Carvalho

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretor Prof. Dr. Fabio Cypriano
Diretora Adjunta Profa. Dra. Priscila Almeida Cunha Arantes
Chefe do Departamento de Comunicação Profa. Dra. MiSaki Tanaka
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Profa. Dra. Vânia Penafieri de Farias
Coordenador do Curso de Jornalismo Prof. Dr. Diogo de Hollanda
Vice-coordenador do Curso de Jornalismo Prof. Dr. Fábio Fernandes

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora Assistente Giuliana Zanin
Secretário de Redação João Curi
Assistente de Produção Anna Cândida
Fotografia Lídia Rodrigues de Castro Alves
Mídias Sociais Isabela Fabiana, Leticia Falaschi e Nicole Domingos

Editorias
Cultura e Entretenimento Giovana Laurelli e Thainara Sabrine
Esportes Gabriel Ayres e Nathalia de Moura
Internacional Pedro Bairon
Moda Gabriela Jacometto
Política Khauan Wood e Artur Maciel
Ambiental Vítor Nhoatto
Cidades Annanda Deusdará

Revisão Alice Di Biase, Beatriz Alencar, Isabelli Albuquerque, Julia Berkovitz, Ricardo Dias, Sophia Pietá, Melissa Joanini, Michelle Gonçalves e Vinícius Villas Boas

Checagem Annanda Deusdará, Fabiana Caminha, Julia Sena, Luane França, Pedro Premero e Maria Cepeda

Ombudsman Vanessa Oliveira

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Fabio Cypriano, José Arbex Jr. (em licença), Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Fotografia de capa Moses Sawasawa

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.
Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo/SP
Fone: (11) 3670-8205
Ed. Número 144 – Junho/Julho de 2025

Internacional

Quando a guerra não choca: o Congo e a geopolítica da indiferença 4
Imperialismo estadunidense se impõe como colonizador na América Latina 6
Eleições canadenses expõem a ascensão do conservadorismo 8
Ações de Trump podem afetar a Copa do Mundo 2026 10

Moda

Como os estilos da moda acompanham as crises econômicas dos EUA 11



© Leticia Falaschi

Saúde

Medo da deportação aflige na busca de tratamento médico nos EUA 12
Como o diagnóstico de neurodivergências pode auxiliar no autoconhecimento 13
Os estudos de Ouabaína buscam tratar doenças neurodegenerativas 14



© Science Source/Reprodução

Política

O que é um passo para um homem, é um gigante desafio para elas 15
80 anos do Holocausto: a importância de propagar a memória 16
Falta de incentivo à leitura evidencia a desigualdade social da juventude brasileira 18
O sacrifício da juventude periférica para cursar uma universidade 20

Entretenimento e cultura

Gritos que precisam ser ouvidos 21
Exposição "Funk Arte e Resistência" celebra a importância da democratização da arte no Brasil 22
A luta que continua: Rap nacional rompe a bolha da música brasileira 24
Entre lençóis, telas e livros: Lia D Castro na PUC-SP 26
Legado geracional firmado na Parada do Orgulho LGBT+ em São Paulo 28
"1Q84" é a lástima arte de escrever bem 29
Entre clones e críticas sociais, *Mickey 17* promete muito e entrega pouco 30
Crônica: Sobrevivendo para sonhar 31
Crônica: Não tem treino hoje, na semana que vem talvez 32
Crônica: Os vigilantes de um olhar matado ainda sonham 33

Esportes

Cobertura do caso Luighi gera debates sobre omissão por parte da imprensa 34

Ensaio fotográfico

Exposição Funk: Arte & Resistência 36

Quando a guerra não choca: o Congo e a geopolítica da indiferença

A violência esquecida no coração da África e o silêncio estratégico do mundo

Por Camila Bucoff, Lídia R. de Castro Alves, Pedro Bairon e Vítor Nhoatto

A apatia global frente à Guerra na República Democrática do Congo (RDC) não é apenas um sintoma de negligência, é resultado de uma decisão mundial de não ver e selecionar quais crises merecem atenção, cobertura, financiamento e solidariedade. O país vive imerso em uma violência sistêmica há décadas, que revela a hierarquia geopolítica em que certas vidas são tratadas como descartáveis.

Como observa o filósofo Achille Mbembe, esse mecanismo opera sob uma lógica necropolítica: determinados povos são condenados à administração da morte como forma de controle. É a escolha de permitir que a violência continue, pois rompê-la exigiria confrontar interesses econômicos transnacionais que lucram com a desordem.

As províncias de Kivu do Norte e Ituri concentram os episódios mais graves de violência, impulsionados por disputas territoriais em áreas ricas em recursos minerais estratégicos. Cobalto, coltan, ouro e estanho — minerais usados em celulares, carros e baterias — tornaram-se o eixo central de um conflito que mistura interesses locais e redes criminosas globais.

Enquanto extraem ganhos do saque institucionalizado no Congo, governos optam pelo silêncio, protegendo alianças e rotas lucrativas. Como destaca o historiador e especialista em África pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Rui Leon, para o **Contraponto**, "Ruanda é um grande exportador de minérios, mas não os produz. Os celulares que usamos são fabricados com essa matéria-prima e quem, no final, acaba lucrando são as grandes empresas, os monopólios da indústria".

No entanto, essa dinâmica não é nova e perpetua uma herança histórica de espoliação colonial e dependência externa. A violência atual é a continuidade de um modelo econômico que transforma o território congolês em zona de sacrifício desde a sua formação.

Colonização e as primeiras guerras civis

A República possui uma história marcada por um processo de colonização brutal e de inúmeras guerras civis, que elucidam a atual situação calamitosa. De acordo com o escritor e jornalista estadunidense Adam Hochschild, em *Os Fantasmas do Rei Leopoldo*, publicado pela Companhia das Letras em 1998, no final do século XIX, o Congo foi designado como propriedade do Rei Leopoldo II da Bélgica em decorrência da Conferência de Berlim (1884-1885).

O desdobramento disso foi uma exploração sangrenta: populações inteiras foram submetidas a trabalho forçado para extrair ouro, marfim e, principalmente, borracha. O mesmo estudo estima que cerca de 10 milhões de congoleses tenham morrido durante o regime.

Em 1908, após pressão internacional, especialmente de missionários e jornalistas denunciando as atrocidades dos colonizadores, a Bélgica assumiu o controle formal do Congo, como aponta o relatório de 2012 *Belgium and the Congo, 1885–1980*, do historiador Guy Vanthemsche. Ainda assim, a exploração colonial persistiu, marcada por racismo, assassinatos, torturas e expropriação de terras. "Mesmo o Congo não sendo mais considerado propriedade do Rei Leopoldo II, o processo colonizador não só continua como se intensifica em todos os âmbitos", comenta Rui Leon.

Com o processo de descolonização africana, que se tornou uma ideologia revolucionária no continente, a República Democrática do Congo conquistou sua independência em 1960. Patrice Lumumba foi eleito democraticamente primeiro-ministro do país, pregando a união de forças do povo e o rompimento com interesses imperialistas que há muito tempo assolavam a nação.



© BBC / Reprodução

A RD Congo é o segundo maior país na África em extensão territorial e com uma população estimada em 100 milhões de pessoas

Poucos meses depois, o exército congolês se reuniu na província de Katanga e declarou estado de secessão, com o apoio da Bélgica. Lumumba foi preso, torturado e assassinado em 1961, pouco tempo depois de tomar posse. Em 2001, documentos apresentados à Comissão Parlamentar Belga sobre o assassinato de Patrice confirmaram o envolvimento da Bélgica e o apoio indireto da Agência Central de Inteligência (CIA) na morte do chefe de Estado.

Nos anos seguintes, o general Joseph-Désiré Mobutu tomou o poder por meio de um golpe, estabelecendo um regime totalitário que duraria mais de 30 anos. Segundo o estudo *Mobutu's Totalitarian Political System*, do escritor e professor congolês Nzongola-Ntalaja (*Review of African Political Economy*, 1979), seu regime se consolidou por meio do clientelismo, da corrupção e da repressão.

As primeiras grandes guerras civis eclodiram após a queda do general, em 1997, no que ficou conhecido como a Primeira Guerra do Congo. Grupos armados aliados à Ruanda e Uganda promoveram a queda de Mobutu e, logo, disputas por recursos estratégicos – como coltan, ouro e diamantes – desencadearam a Segunda Guerra do Congo (1998–2003), envolvendo nove países e mais de 25 grupos armados.

Tensão Congo e Ruanda e os desdobramentos atuais

Atualmente, o conflito ocorre no leste do Congo, em Goma, capital da província de Kivu do Norte. A região enfrenta instabilidade desde 1994, quando cerca de 800 mil tutsis foram mortos por extremistas hutus em Ruanda. A Frente Patriótica Ruandesa, grupo rebelde liderado por Paul Kagame, pôs fim ao massacre. Nos anos 2000, muitos hutus fugiram para o leste do Congo e fundaram as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), milícia supremacista hutu.

Segundo apuração do New York Times, atualmente existem cerca de 120 grupos de combatentes na região, com destaque para o M23. Criado em 2012, homenageia a data de 23 de março de 2009, quando foi assinado um acordo entre o governo congolês, o grupo rebelde tutsi e o Congresso Nacional para a defesa do povo (CNDP). A milícia foi fundada após tropas do CNDP se revoltarem contra o governo, acusando-o de não implementar o acordo de paz, de não integrar os combatentes tutsis ao exército, de falhar na proteção das minorias e de não garantir uma distribuição igualitária dos recursos. Assim, o grupo visa a defender os interesses tutsis, especialmente contra milícias étnicas hutus, como a FDLR.

A agenda de libertação do M23 foi marcada por uma série de violações de direitos humanos, descritas pelo grupo Human Rights Watch como "crimes de guerra contra civis". A organização se fortaleceu e tomou o controle de Goma em 2012. Na época, a Brigada de Intervenção da ONU – composta pela África do Sul, Tanzânia, Malawi e pelo exército congolês – conseguiu retomar a capital.

Em 2021, o grupo voltou a se insurgir e, em 2024, assumiu o controle de Rubaya, importante cidade mineradora de coltan. De acordo com a ONU, a arrecadação mensal de impostos do M23 sobre a atividade de mineração é de US$800.000. Em janeiro de 2025, o grupo adquiriu novos ganhos territoriais: as cidades de Katale, Masisi, Minova, Sake e Goma, novamente. Após a invasão, a Aliança do Rio Congo, da qual o M23 participa, estabeleceu uma administração paralela de Goma, nomeando um novo prefeito e um novo governador.

Um relatório da ONU de 2024 evidenciou o apoio direto de Ruanda e o indireto de Uganda ao M23, por meio do fornecimento de armamentos, soldados e apoio logístico ao grupo armado, além da autorização da passagem de suprimentos e combatentes pelo território ugandês. O presidente congolês, Félix Tshisekedi, acusa Paul Kagame, ex-oficial militar e presidente de Ruanda, de ambições expansionistas e exploração ilegal dos recursos congoleses.

Os EUA e outros países também reforçaram a acusação, mas Ruanda e Uganda negam envolvimento no conflito, e nenhuma interferência internacional ou denúncia formal foi implementada até então. Rui Leon destaca como a estratégia é não desgastar e envolver formalmente governos, com a geopolítica agindo de forma intencionalmente cínica: "Isso desresponsabiliza o Estado de Ruanda e coloca o Congo em uma situação diplomática delicada, dificultando a própria reorganização, até porque é o M23 e não o Estado".



© AFP/ Alexis Hugueta

Mulher carrega um bebê pela estrada principal de Mweso, no território de Masisi, Kiwu do Norte

Quem realmente paga o preço

Em meio a riquezas naturais e disputas de interesses, o custo humano segue aumentando. Segundo dados de 2007 do *International Rescue Committee* (IRC), mais de 5 milhões de pessoas morreram somente entre 1997 e 2003, o início da Primeira Guerra do Congo e o final da Segunda. Para dimensionar, atrás apenas da Segunda Guerra Mundial, esse é um dos massacres mais sangrentos da história da humanidade. De lá para cá, a paz nunca foi instaurada, e organizações locais apontam para mais de 6 milhões de mortes hoje.

Mas, além de ceifar a vida de inocentes, aos que ficam lhes restam condições degradantes e inóspitas. A Agência da ONU para Refugiados (Acnur) aponta que, desde o início do último conflito até abril de 2024, 6,4 milhões de pessoas tiveram que abandonar suas casas. O foco se deu em Ituri, Kivu do Norte, Tanganica e Kivu do Sul. O deslocamento interno já ultrapassa 500 mil pessoas e chega a 1 milhão em nações vizinhas, segundo o órgão.

A crise humanitária se intensifica com a falta de condições básicas de vida, devido a bombardeios e danificação das redes de serviço, como água potável, saneamento e energia elétrica. Tal falta de higiene básica é vivida nos acampamentos de refugiados, superlotados na maioria das vezes, nas casas, negócios e na rede de ajuda humanitária restante.

Milhares de pessoas ficam expostas a surtos de doenças como a cólera, que mata principalmente crianças, de acordo com a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF). O sistema de saúde, já fragilizado pela precariedade das instalações e proximidade com as zonas de conflito, vai ficando cada vez mais sobrecarregado, e a maioria das pessoas relata também dificuldade em se alimentar e trabalhar.

No caso da juventude, a educação é fortemente impactada, com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) denunciando que, somente neste ano letivo, mais de 330 mil jovens estão fora das salas de aula. Cerca de 2.500 escolas tiveram que ser fechadas com a estimativa que os afetados jamais retornem ao ensino, ameaçando gradativamente o futuro da nação.

Outra consequência grave ocorre na área ambiental, devido à impossibilidade de monitoramento e à expansão das milícias que exploram atividades ilegais. De acordo com as Nações Unidas, uma destruição ambiental sem precedentes atinge o Congo, que abriga a segunda maior floresta tropical do mundo, atrás apenas da Amazônia. Para além da poluição causada por resíduos químicos de bombas, madeireiras e mineradoras se instalam, devastando imensas áreas, ameaçando a biodiversidade e emitindo toneladas de CO_2.

A ONU solicitou, em janeiro de 2024, US$2,6 bilhões em ajuda para o Congo. Até o fim de agosto do mesmo ano, menos de 30% desse valor havia sido arrecadado. A presença internacional na RDC se reduz. A Missão da ONU no país (MONUSCO), instalada desde 1999, iniciou sua retirada progressiva em 2024, após pressões da sociedade civil e denúncias de ineficácia. Essa saída, embora simbólica para parte da população, pode deixar um vácuo ainda maior de segurança em uma região já fraturada.

Em abril de 2025, o governo da RDC e o M23 anunciaram um compromisso para cessar o enfrentamento no leste do país. O anúncio surpreende pela posição do presidente Félix Tshisekedi, que até então recusava dialogar com o grupo rebelde. Porém, o processo de negociação, mediado por Angola, não garante um desfecho. Embora o M23 tenha manifestado interesse no diálogo, reivindica maior autonomia para as regiões que controla. A instabilidade política na RDC e críticas ao atual governo também complexificam as negociações.

Rui Leon destaca que "o Congo tem muitas possibilidades, só que não se dá paz a essa nação, por conta dos seus imensos recursos naturais e dessa estrutura colonizadora". A lógica da necropolítica se traduz na aceitação tácita de que milhões de pessoas possam viver (e morrer) em estado permanente de violência, sem que isso gere responsabilidade ou mudança estrutural. Não se trata de desconhecimento, mas de preferência.



Missão de paz da ONU não tem mais data para terminar, e tanques abrem caminho em meio a multidão em campo de refugiados em Ituri

© Reuters / Paul Lorgerie

Imperialismo estadunidense se impõe como colonizador na América Latina

Entenda como se deu a exploração econômica, política e cultural imposta pelo imperialismo e porque ela continua com as transformações neoliberais

Por Isabela Fabiana, Marcelo Barbosa e Maria Clara Aoki

América Latina é a região do continente Americano que engloba países falantes de idiomas originados do latim, colonizados por Espanha, Portugal e França, mas com forte influência imperialista estadunidense ao longo de sua história também. Destrinchar e entender os fatores da imponente influência estadunidense é preparar um antídoto anti-imperialista que só funcionará com o apoio popular.

No século XIX, o início do império dos Estados Unidos ganhava forma, em um contexto de emancipação dos países americanos em relação às nações europeias, marcada pela implementada Doutrina Monroe, em 1823. Tal doutrina tinha como objetivo acabar com a interferência europeia e impedir uma possível "recolonização". A partir disso, os EUA se auto intitulam "líderes do continente" e adotam o lema "América para os americanos".

Na época, havia um movimento chamado "Destino Manifesto" – uma crença da década de 1840 de que Deus queria que o povo norte-americano expandisse o seu domínio por meio do território e da cultura. Essa crença justificou as primeiras expansões do território, quando o Texas, a Califórnia e partes do México foram anexadas. Anos depois, em 1898, houve a Guerra Hispano-Americana, em que foi declarado um conflito contra a Espanha. Com a vitória e o Tratado de Paris, os EUA anexaram Porto Rico, Guam e as Filipinas.

Em Cuba, por exemplo, foi imposta a Emenda Platt, em 1901, que autorizava o exército estadunidense a fazer interferências na ilha quando julgasse necessário. No mesmo ano, Roosevelt criou a política "Big Stick", que buscava "manter a ordem" nos países latino-americanos cujos governos ameaçassem seus interesses econômicos ou sua estabilidade. Além disso, em 1904, os EUA criaram o Corolário Roosevelt, um complemento a Doutrina Monroe e que estabelecia que as intervenções dos norte-americanos poderiam ser realizadas em países "mal administrados" ou com grandes dívidas externas, alegando que as potências europeias voltariam ao continente.

Segundo o historiador e internacionalista Vinicius Melleu Cione, "quando olhamos o perfil da América Latina, estamos falando de países muito diferentes entre si, ainda que exista algo que os unifique: a questão da dependência e do imperialismo estadunidense".

México, Brasil e Argentina se destacavam no continente por serem países em processo de desenvolvimento de sua base industrial. O desenvolvimento latino-americano, segundo Cione, se dá por sua função na divisão internacional do trabalho: foram colonizados para exportação e, desde o século XVI, os países ocupam essa posição mundialmente. Esse "DNA colonizado" da América Latina fez com que nos primórdios do século XX, com a industrialização, a função mundial latino-america continuasse a servir ao restante do mundo.



© John Gast

Oléo sobre tela "Progresso Americano", 1872

A América Latina ocupava um lugar periférico na divisão internacional do trabalho, acontecia uma troca desigual. "Enquanto você compra produtos manufaturados dos países centrais, você vende café, gado e prata, produtos primários", afirma Cione.

Para compensar isso, com a perda de valores a cada troca internacional, os países tiveram que superexplorar sua classe trabalhadora, perseguindo o máximo de sua mais valia, aumentando a jornada e a intensidade de trabalho. Para Cione é assim que nascem as ditaduras da segunda metade do século XIX. "Em um continente com tamanha desigualdade fundada na questão do trabalho, os caminhos são dois: você estabelece ditaduras para os trabalhadores ficarem calados ou você tem o socialismo. Como aqui as classes são muito desiguais, você não tem social democracia de longo prazo".

A resistência da Revolução Cubana

Com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Europa Ocidental destruída e com grandes dívidas, os Estados Unidos se tornaram uma das maiores potências do mundo, lutando por protagonismo contra a União Soviética. Ambos países não entraram em guerra diretamente, por isso o nome deste período, Guerra Fria, mas estavam por trás de guerras e golpes, como a Guerra do Vietnã.

Os norte-americanos queriam proteger seu território de influência enquanto a América Latina flertava com ideias nacionalistas. Sua hegemonia era mantida através de empréstimos, acordos econômicos, importações de bens de consumo e intervenções militares. Em 1959 houve a Revolução Cubana, que deu início ao governo anti-imperialista. O então presidente Fulgencio Batista, apoiado pelos EUA, foi deposto por Che Guevara e os irmãos Castro, assim, Fidel Castro entrou no poder.

O governo de Fidel expropriou terras e empresas de investidores estadunidenses com o intuito de utilizar esses meios de produção em benefício ao povo cubano. Os EUA cortaram alianças com Cuba, abrindo as portas para a União Soviética oferecer apoio econômico e militar para o país. O internacionalista, Rodrigo Amaral destaca que "a derrota [estadunidense] ditou os rumos da disputa hegemônica entre norte-americanos e soviéticos, no sentido de que Cuba virou um entreposto fundamental da União Soviética na América Latina, tendo como principal marco a Crise dos Mísseis".

Os EUA tentou de muitas maneiras fazer uma contra revolução, como a invasão à Baía dos Porcos, em 1961. O presidente John Kennedy adotou o plano de desestabilização criado pela CIA no governo de seu antecessor, Dwight David Eisenhower, mas as duas tentativas de invasão às praias cubanas foram fracassadas. Em 1963, Cuba permitiu que os soviéticos instalassem bases para armas nucleares, temendo que os EUA tentassem outras invasões, determinando a então conhecida Crise dos Mísseis.

Temendo um ataque nuclear, os EUA realizaram um bloqueio naval em Cuba, não permitindo a entrada de novos equipamentos soviéticos. Um acordo foi feito, o governo soviético de Nikita Khrushchev propôs retirar os mísseis se os EUA se comprometessem a não invadir mais o território cubano e retirar as bases nucleares que eles tinham na Turquia. Ambos países entraram em acordo.

A influência dos Estados Unidos nas ditaduras Latino-americanas nos anos 60

Os anos 1960 na América Latina foram palco de ditaduras, todas influenciadas

pelos EUA. Como resultado de anos de servidão a outra nação, os países latinos se cansaram, era o início de pautas nacionalistas crescendo em todo território. Existe uma narrativa de que o movimento comunista dominava a América Latina, mas Amaral a desmente: "Essa ideia que a América Latina flertava com o socialismo é por um lado uma invenção norte-americana para justificar a intervenção e um imaginário da esquerda latino-americana que esperava que isso acontecesse".

No Brasil, a influência estadunidense para conter ideais nacionalistas se iniciou antes do golpe de 1964, com a "Aliança Para o Progresso", um projeto voltado para produção de propagandas estadunidenses em todo país e principalmente em governos estaduais de oposição. Além de financiar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que produzia documentários anti-comunistas apresentados antes dos filmes em cinemas, mostrando o "problema Cuba".

Em 1976, foi divulgada uma carta datada em 27 de março de 1964, expondo a comunicação do embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, com seu governo. "Tanto eu quanto meus assessores, acreditamos que nosso apoio deve ser dado aos golpistas para ajudar a impedir um desastre grande aqui– que pode transformar o Brasil em uma China na década de 1960". Os EUA tinham uma operação secreta, a "Brother Sam", com o intuito de enviar apoio militar e financeiro para os golpistas brasileiros.

Regimes como o brasileiro, chileno e argentino desapareceram, com golpes financiados pelos EUA respectivamente com, 432 pessoas (Comissão Nacional da Verdade), 3.200 (Comisión Nacional sobre Prisión Politica y Tortura) e 30.000 (Comisión Nacional sobre la Desaoericióne de Personas). Cione ressalta: "Dizer que os golpes de Estados foram dados exclusivamente pelos EUA é ruim, porque aí você desconsidera o papel que as burguesias latino-americanas tiveram localmente".

Situação pós-ditatorial da América Latina

O chamado período de "redemocratização", foi vigiado fortemente pelos EUA, principalmente pelo contexto pós Guerra Fria, a fim de impor um novo modelo: o neoliberalismo. O teórico David Harvey, explica o neoliberalismo como uma forma moderna de imperialismo, pois passa a se manifestar através da fomentação do capital financeiro, do endividamento externo e da privatização forçada que aconteceu com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

As consequências da forte influência dos EUA vieram literalmente à juros altos. As ditaduras no Brasil, Chile, Argentina e outros países da América Latina, fizeram muitos empréstimos externos a fim de financiar grandes obras de infraestrutura e industrialização que beneficiavam, como esperado, elites locais e grandes empreiteiras.

Na década de 1970, os EUA enfrentavam uma forte inflação com o colapso do padrão ouro e os choques do petróleo e para manter seu controle, foi aplicado, em 1979, a "política de choque" que determinava aumento de juros para equilíbrio da inflação.

O que ocasionou a "Crise da Dívida" na América Latina: os juros altos explodiram os pagamentos da dívida, quebrando economias inteiras, como no México em 1982; a nomeada "Década Perdida". Entre 1975 e 1983 a dívida externa latina quadruplicou, de US$75 bilhões para mais de US$315 milhões, como consta a SciELO Brasil.

Com a instauração da crise, os países latinos recorreram ao FMI e Banco Mundial e, como condição para renegociação das dívidas, impuseram planos de ajustes estruturais, cortes em gastos públicos, privatizações, abertura do capital estrangeiro e redução dos direitos trabalhistas, o que aumentou as desigualdades sociais e a dependência econômica internacional.

Rodrigo completa explicando que tudo aconteceu "mediante as estruturas institucionais internacionais estabelecidas pelo Consenso de Washington, quase todos os processos de neoliberalização na América Latina se dão através das cartilhas do FMI e do Banco Mundial, que tinham em suas práticas princípios dados pelas lideranças globais, principalmente os EUA".



© Reprodução/AFP

Da esquerda para direita, respectivamente, Hugo Chaves, Evo Morales, Lula e Rafael Correia, protagonistas da "onda rosa" nos anos 2000

Resistência e reação ao neoliberalismo

Com a insatisfação popular dadas às consequências sociais negativas dos anos 1990, houve a ascensão de líderes que rejeitavam o neoliberalismo, governos de esquerda ou centro-esquerda que buscavam recuperação e autonomia econômica, inclusão social e integração regional.

Líderes como Hugo Chávez, na Venezuela, são lembrados pelo enfrentamento ao FMI e a nacionalização do petróleo. No Brasil, Lula (2003) ficou marcado por suas políticas sociais e o fortalecimento do mercado interno. Enquanto Evo Morales, na Bolívia, é lembrado pela força e resistência na valorização dos indígenas.

Devido a crise financeira de 2008, iniciada nos EUA, se espalhando globalmente, essas ascensões não duraram muito. Tal crise afetou os preços dos commodities (soja, minério, petróleo) que sustentavam boa parte da América Latina, limitando seus recursos para continuidade das políticas públicas em desenvolvimento, provocando um desgaste nos governos progressistas.

Apoiado por interesses internacionais, o conservadorismo neoliberal reacendeu-se politicamente. Além de prospectarem a ideia da esquerda ter fracassado, eles retornaram com políticas de austeridades e submissão ao capital internacional. O neoliberalismo está estruturalmente colocado na América Latina, o que gera ciclos que se repetem mesmo contra resistência, levantando o receio e a preocupação de não escapatória desse sistema que funciona para poucos.



© Reprodução/ilustração Carlos Latuff

Charge de Latuff simbolizando a influência estadunidense nas ditaduras latinas

Eleições canadenses expõem a ascensão do conservadorismo

Apesar da vitória do Partido Liberal, o Partido Conservador liderava com 41% das intenções de voto

Por Luisa Nelli, Manuela Schenk, Mateus Carrilho, Renata Bittar e Sara Gouvêa

Em janeiro de 2025, o mundo foi marcado pela renúncia do primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau. O também ex-líder do Partido Liberal Canadense ocupava o cargo desde abril de 2013, e recentemente veio perdendo a popularidade durante seu segundo mandato. Isso fez com que a população procurasse uma solução para o problema: eleger outro partido.

O Partido optou por lançar como substituto Mark Carney, até que as eleições, planejadas para abril de 2025, ocorressem. O economista de 60 anos ocupou o cargo temporariamente por volta de 3 meses até que o Partido Liberal pudesse encontrar a melhor representação política para as eleições canadenses, que teria como destaque a ascensão de partidos conservadores e de extrema direita.

Nesse contexto, a melhor resposta encontrada pelo Partido Liberal foi manter o substituto Carney, que carrega imensa importância política no país por ter sido ex-governador do Banco do Canadá. Em entrevista concedida ao **Contraponto**, o professor e doutor Laerte Apolinário, afirmou que: "Ele emergiu dentro do Partido Liberal como uma figura carismática, mas oriunda desse quadro mais tecnocrático. Nós vemos que essa capacidade de comunicar estabilidade econômica aliada a um discurso voltado para o crescimento verde e justiça social, acabou sendo decisiva para recuperar o eleitorado canadense, em especial mais urbano e jovem".

Harjan Sidhu tem 20 anos, é filha de imigrantes indianos, nasceu e cresceu em Ottawa, capital do Canadá. Atualmente ela cursa Relações Internacionais e Economia na Universidade de Ottawa. Em entrevista, ela comentou sobre a troca de Trudeau por Mark Carney: "O Trump estava muito focado em atacar o Trudeau diretamente, ao invés de atacar o governo canadense em si. Então, acho que eles trouxeram um novo líder para mudar a pessoa, porque se o Justin Trudeau não estiver lá, como o Trump vai atacá-lo diretamente?", diz Harjan. Ela complementa: "Mas acho que o Mark Carney está fazendo um trabalho melhor. Ele é muito mais qualificado, e tem o currículo para sustentar as ações que está tomando".

O embate tarifário com Donald Trump

Em abril de 2025, a situação canadense estremeceu com as medidas tarifárias impostas pelo presidente estadunidense Donald Trump, e a corrida eleitoral se acirrou. De um lado, o Líder do Partido Conservador, Pierre Poilievre, subia nas pesquisas e tinha maiores chances de vencer a corrida. Do outro estava Mark Carney, conhecido pelo povo canadense e inglês por ter salvado suas economias em momentos críticos.

"Com todas essas ameaças, os canadenses estão preocupados, a inflação já está alta, as pessoas estão com medo de como vão fazer suas compras do dia a dia, pagar aluguel e outras necessidades, e agora, com o Trump falando que vai colocar tarifas em cima do Canadá, isso só piora", disse Harjan sobre a reação dos canadenses às ameaças de Trump.

Nacionalismo canadense

Por ser um país majoritariamente constituído por imigrantes, o Canadá não carrega consigo um grande senso nacionalista e patriota. Durante toda a sua história, o país se associou à cultura estadunidense, fenômeno que se estendeu até o início deste ano. Após o início do governo de Donald Trump, suas ameaças de incorporar o território canadense e a guerra tarifária que o atual presidente entrou não apenas com o Canadá, mas também com outros países vizinhos e potências econômicas, a população canadense começou a mudar seus sentimentos em relação à sua nação irmã.

O histórico de Carney trouxe de volta a confiança do povo no Partido Liberal, além de instigar esse recém-nascido patriotismo. O presidente norte-americano recentemente impôs tarifas de 25% em produtos canadenses e ainda limitou as taxas no combustível a 10%. Isso fez com que a população do Canadá consumisse mais seus produtos próprios, a partir da campanha *Buy Canadian Instead* (Compre Canadense).

Sobre essa campanha, Harjan comentou: "Eu trabalho numa cafeteria, e em vez das pessoas pedirem um "americano" (tipo de café), agora chamam de "canadiano". São pequenas formas de protesto. Outro dia, percebi que o xarope de bordo que eu costumava comprar era dos EUA. Agora passei a comprar o canadense, porque, sinceramente, ninguém quer mais consumir produtos americanos". Esses pequenos protestos individuais mostram o descontentamento da população com as ações de Trump.



© Chris Helgren/Reuters

Campanha contra impostos americanos e pró-Canadá "Buy Canadian Instead" ou "Compre produtos canadenses"

Processo Eleitoral

As eleições canadenses funcionam de maneira bem diferente das do Brasil. Em todo o país, existem 343 distritos eleitorais federais, e cada um deles compõe uma cadeira na Câmara dos Comuns. O sistema eleitoral canadense, assim como o inglês, é baseado na eleição majoritária. Isto significa que, o candidato que obtiver mais votos pela população em cada distrito eleitoral conquista a cadeira e se torna deputado. Ademais, o líder do partido com maior número de deputados eleitos tende a formar o governo, e o segundo colocado, a oposição oficial.

Com isso, cidadãos canadenses, com pelo menos 18 anos e comprovante de identidade e endereço, vão às urnas decidir esse cenário. No entanto, caso nenhum partido tenha maioria absoluta de assentos, o resultado é conhecido como parlamento suspenso ou governo minoritário, ou seja, o partido com mais assentos não consegue aprovar legislação sem a ajuda de outros partidos.

Nesse ambiente tenso e incerto, a dúvida em relação ao desfecho dessa história e ao rumo que essa política tomaria ficou cada vez maior. No dia 28 de abril de 2025, segundo dados da BBC News, mais de sete milhões de canadenses foram às urnas para eleger seu novo primeiro-ministro, no que seria uma das eleições mais atípicas da história do país. Durante 70 dos seus 158 anos sob o regime de monarquia constitucional, o Canadá foi governado pelo Partido Liberal. Porém, tudo nessas eleições apontava para um resultado diferente.

De acordo com uma análise do *New York Post*, o Partido Conservador liderava com 41% das intenções de voto, enquanto os liberais estavam com apenas 20%, resultando em uma diferença de 21 pontos percentuais. Na própria noite do dia 28, foi anunciado que o Partido Liberal havia conseguido a maioria das 343 cadeiras parlamentares disponíveis na disputa, e que Mark Carney se consagraria oficialmente como premiê.

Conservadores X Liberais

Para a população canadense, Poilievre e Trump se assemelhavam e apresentavam uma imagem parecida. Por isso, com essas medidas tomadas pelos EUA, aqueles que anteriormente planejavam votar no conservador canadense, mudaram de voto. O medo e receio de que a situação econômica do Canadá piorasse foi maior e suficiente para a mudança desse cenário.

Em meio à acirrada corrida eleitoral entre os dois candidatos, essas tarifas impostas por Trump serviram como lembrete aos eleitores canadenses sobre a vulnerabilidade do país em face ao protecionismo americano. Isso fez com que a narrativa dos liberais sobre a importância de uma política externa sólida e multilateral, além de isolar figuras mais radicais dentro do cenário político interno fosse reforçada, alimentando o sentimento nacionalista que os conservadores buscavam explorar para criticar os acordos comerciais. Além disso, ela serviu para defender uma maior soberania econômica na nação canadense, influenciando o processo eleitoral e fortalecendo o Partido Liberal.

Entretanto, segundo Laerte, a ascensão conservadora no Canadá em meio a um histórico político liberal pode ser explicada por uma série de fatores. "Temos um desgaste do Partido Liberal após muitos anos no poder, o que tem sido comum ao redor do mundo em relação aos governos incumbentes, ou seja, em relação aos partidos que estão no poder", afirma o professor.

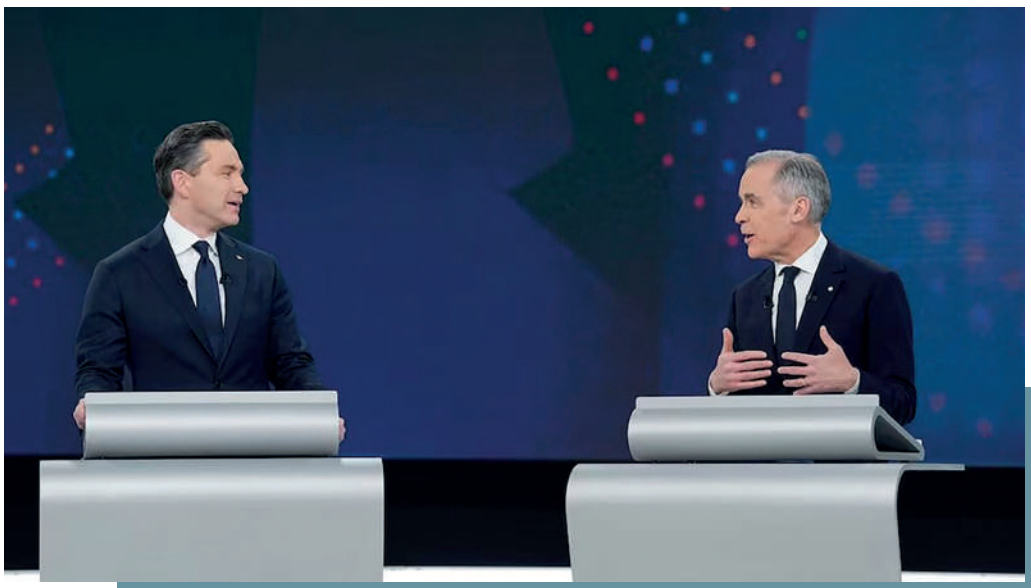
O aumento do custo de vida, dificuldade no acesso à moradia e frustrações das pessoas com promessas não cumpridas por parte do governo, em especial, em áreas como mudanças climáticas e reconciliações com povos indígenas ainda são fatores, que segundo Laerte, influenciaram na ascensão do conservadorismo. Ele argumenta que o Partido Conservador conseguiu articular um discurso populista voltado à classe média trabalhadora e às regiões mais afetadas por esse aumento do custo de vida e, assim, encontrou ressonância ao se posicionar como um defensor de liberdades individuais e eficiência econômica em um momento de crise de confiança nas instituições.

O professor conta que as tendências nos Estados Unidos acabam se refletindo no Canadá. Essa ascensão rápida do Partido Conservador liderada por Poilievre foi bastante inspirada nas estratégias da direita americana, particularmente de Trump, adotando políticas de uso intensivo das redes sociais, retórica *anti-establishment*, ataques às elites urbanas e ao governo grande.

"Acredito que deveria haver mais ênfase em como a política dos EUA influencia a política canadense. Muita gente fala que só porque o Trump foi eleito, não significa que o Canadá vai eleger conservadores, mas historicamente sabemos que há muito peso", aponta Harjan sobre a influência estadunidense na política canadense, antes da vitória do candidato do Partido Liberal.

Esse estilo importado encontrou ressonância no Canadá, especialmente em províncias mais conservadoras como Alberta, Manitoba e Saskatchewan, e em alguns segmentos populacionais que se sentiram abandonados pelas políticas liberais. No entanto, conforme o governo Trump começou a atacar o Canadá diretamente ao longo dos últimos meses, surgiu um efeito negativo para a campanha do Partido Conservador. Poilievre, que até então estava sendo associado ao Trump, passou a ter um dano em sua imagem política. "Embora esse político tente se desvincular Trump, essa tentativa não será bem-sucedida", afirma a internacionalista.

As consequências das atitudes de Trump movimentaram as eleições canadenses, consideradas tranquilas, levando a uma virada histórica para o Partido Liberal. Carney não descarta a continuidade das negociações com os EUA, mas aproveita o momento complicado da relação para fazer sua primeira viagem exterior à Europa como primeiro-ministro, buscando aprofundar o relacionamento com autoridades britânicas e francesas, aliados mais estáveis para o seu atual governo.



© The Canadian Press / Christopher Katsarov

Pierre Pollievre e à direita, Mark Carney, em debate federal de líderes em Montreal, Canadá

Ações de Trump podem afetar a Copa do Mundo 2026

Sanções, taxações e posturas agressivas do presidente estadunidense colocam em risco até mesmo o maior torneio de futebol do mundo

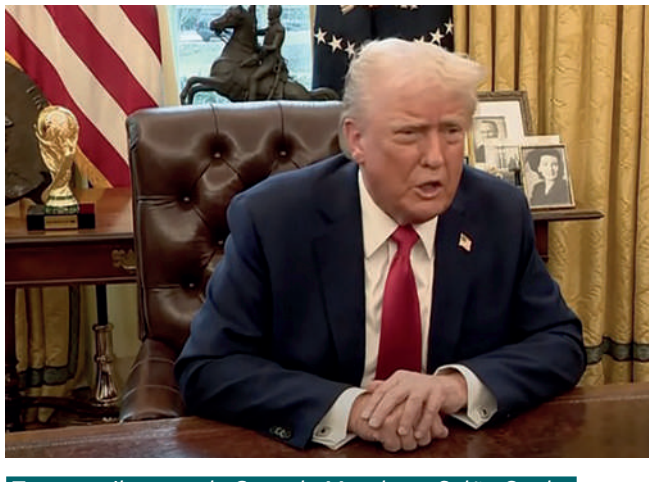
Por Daniella Ramos, Maria Mielli e Martim Tarifa

Os Estados Unidos, México e Canadá sediarão a Copa do Mundo 2026, mas para além de uma parceria futebolística, está em jogo a relação política entre os países. "Se você falar com um canadense, ele vai achar um absurdo o anexo do país aos Estados Unidos, já os imigrantes, apesar de não gostarem do Trump, em tese aceitariam; querem ser americanos", comenta Leide Teixeira, imigrante no Canadá, em entrevista ao **Contraponto**.

Donald Trump tem confrontado diversos países com altas tarifas e ameaças aos seus territórios, o que traz dúvida em como será a ida dessas populações aos jogos que acontecerão no território estadunidense. "A Copa do mundo está sob risco", foi assim que Juca Kfouri, jornalista esportivo, graduado em Ciências Sociais na USP, analisou a situação. Segundo Juca, pensar os impactos que a Copa pode sofrer não são especulações, "diante do que Trump tem feito, não é uma coisa da imaginação, não é apenas sobre declarações dele, são seus atos" completou em entrevista ao **Contraponto**.

Segundo dados do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS), ao menos 142 mil imigrantes foram deportados desde a posse de Trump. "Eu percebo um clima de incerteza muito grande entre outros alunos, principalmente os internacionais", comenta o intercambista Vinicius Castelan ao **Contraponto**.

Em respeito ao acordo de livre comércio, o qual já tem taxas combinadas, Canadá e México não tiveram aplicação de tarifas adicionais. O presidente estadunidense ainda reforça que não sente que as fronteiras estão fazendo o suficiente para conter a entrada de imigrantes no país.



© U.S. NETWORK POOL

Trump exibe taça da Copa do Mundo no Salão Oval e destaca seu papel na organização do torneio de 2026

Também em 2026 acontecerão as eleições intermediárias dos Estados Unidos em que serão eleitos, se comparado ao Brasil, os deputados e vereadores do país. As ações de Trump estão fazendo com que os republicanos sintam certa instabilidade nas votações, o que pode mudar a situação econômica do país durante a Copa. O governo anterior era mais aberto politicamente, enquanto o Republicano tem "um governo que não vê as fronteiras abertas como via antes", cita Cristina Pecequilo, doutora em Ciência Política pela USP.

Os principais motivos que geram interesse em sediar uma Copa do Mundo são o alto investimento em infraestrutura pública e a promoção do país internacionalmente. Além disso, o Doutor Internacional em História Contemporânea, Daniel Azevedo Muñoz afirma que a oportunidade de "aprimorar o soft power [poder brando]" é muito aproveitada nesse momento.

A intenção de Trump pode ser, portanto, utilizar um evento do tamanho da Copa do Mundo como vitrine para a base eleitoral de seu governo. Assim, além de fortalecer os interesses econômicos, seria também uma maneira de reforçar os ideais nacionalistas e de superioridade do país norte americano em relação aos países vizinhos, México e Canadá, que também irão ser palco do evento esportivo.

A Copa do Mundo é um ato político: um espetáculo aos olhos do entretenimento, mas que historicamente já foi usado, mais de uma vez, como uma distração da realidade de um determinado país. Em 1978, por exemplo, o país escolhido para sediar o evento foi a Argentina, que estava passando por um período de ditadura militar. Os ditadores, na época formados pela junta militar composta de nomes como o general Jorge Rafael Videla e o almirante Emilio Massera, viram na Copa do Mundo uma forma de usar da paixão do povo pelo futebol para legitimar, vangloriar e propagar o governo opressor.

Não se sabe ao certo se a FIFA está alinhada com as ideias políticas do presidente norte americano, mas pode-se afirmar que há uma aproximação recente dele com a instituição, "integrando um movimento global de empresas e instituições transnacionais de reaproximação com o líder republicano, visando especialmente evitar conflitos com o mandatário", evidenciou Muñoz, quando questionado sobre os interesses da organização futebolística com o presidente republicano.

Segundo ele, somente com o tempo será possível analisar melhor as motivações e os resultados a longo prazo dessa aproximação. Ainda assim, segundo o historiador Mateus Orantas, graduado na Unifesp, as entidades internacionais, como a própria Federação Internacional de Futebol, tendem a ser coniventes com aquilo que lhes é benéfico, independentemente de ideologia e governo.



© AFP

Presidente da FIFA presenteia Trump com camisa personalizada da copa do mundo

Em março, um cientista francês foi barrado na alfândega dos Estados Unidos, impedido de entrar no país após autoridades encontrarem conversas em seu WhatsApp criticando o presidente estadunidense, mais especificamente os cortes a pesquisas científicas implementados no novo mandato de Trump. "Eu escrevo para o jornal de maior circulação do Brasil, crítico o Trump. Será que me darão visto para entrar lá?" alerta Juca e teme que Donald Trump possa selecionar quem entra no país durante o torneio.

A Copa do Mundo já ocorreu durante as mais adversas condições políticas, e o torneio sempre foi realizado com sucesso. Mas o que torna a sede atual diferente? Para Kfouri "Até os países sob regimes ditatoriais, eram submissos às regras da FIFA, o Trump aparentemente não é submisso a ninguém".

O jornalista finaliza mencionando que países como a Argentina, em 1978, e o Qatar, em 2022, queriam limpar suas imagens sediando o torneio e não criaram nenhuma dificuldade para que a Copa fosse realizada, já o presidente estadunidense procura impor uma imagem de poder e medo através dos holofotes da competição.

Como os estilos da moda acompanham as crises econômicas dos EUA

Em meio às incertezas, consumidores buscam alternativas para continuarem participando do universo fashion

Por Ana Beatriz Assis, Isabelli Albuquerque e Vitória Nascimento

A moda por muitas vezes é retratada pelo imaginário popular como algo fútil, mas, ao analisar por outra ótica, é possível encontrar mais camadas, que não são feitas somente de tecidos. Por séculos, o vestuário foi usado como ferramenta de controle social e distinção entre classes. Na Idade Média e no Renascentismo, leis designavam quem podia vestir determinados tecidos ou cores. Mais tarde, a aristocracia francesa se vestia com trajes extravagantes, enquanto a burguesia tentava imitar para ascender socialmente.

Nos séculos XX e XXI, a moda também passou a ocupar um espaço de protesto. Um dos exemplos mais emblemáticos foi o desfile de Zuzu Angel em Nova York, em 1971, no qual a estilista brasileira usou símbolos de luto e guerra para denunciar os horrores da ditadura militar vivida no Brasil.

Até pessoas não ligadas diretamente à moda usam dela como arma: políticos como Lula e Bolsonaro recorrem a trajes populares para construir uma imagem de proximidade do povo. Mais do que uma escolha estética, a moda comunica valores, crenças e identidades, podendo ser também um instrumento de padronização. No debate de gênero e feminismo, ela ganha força como símbolo de liberdade, rompendo com códigos morais que tentam controlar o corpo feminino.

Quando a economia de um país entra em recessão, não apenas a indústria de vestuário é afetada financeiramente, mas a escolha dos consumidores também, o que é refletido nas tendências do período. A professora de economia do Insper, Juliana Inhasz, explica que a moda é um dos primeiros setores a sentir esse impacto, pois ocorre uma mudança no comportamento da população, que passa a considerar os valores dos bens de forma diferente.

Embora os Estados Unidos ainda não estejam oficialmente em recessão, há um temor crescente de que se concretize. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu pela primeira vez desde o primeiro trimestre de 2022 – uma retração de 0,3% no primeiro trimestre de 2025, segundo o Escritório de Análise Econômica (BEA, na sigla em inglês).

A crise econômica, consequentemente, causa uma queda nos lucros das empresas, que tentam compensar as perdas aumentando o preço dos produtos para se equilibrarem com a nova realidade financeira. Segundo relatório da GlobalData sobre a plataforma de revenda *ThredUp*, 59% dos consumidores afirmaram que, se o aumento das tarifas afetar os preços das roupas, eles buscarão alternativas mais acessíveis, como peças de segunda mão. Com o avanço dos aplicativos de revenda online, o mercado de roupas usadas já está em expansão, e a retração econômica tende a consolidar esse movimento.

Inhasz considera que, em tempos de recessão, as pessoas precisam ser criativas, já que ainda precisam da moda para expressarem suas identidades. Porém, um poder de compra reduzido "faz com que as pessoas tenham que desenvolver uma criatividade particular e específica para conseguir realmente fazer com que aquela identidade seja preservada sem, de fato, gastar", analisa a professora.

Em 2024, um novo estilo começou a surgir na internet, as "*clean-girls*". Com penteados sempre bem ajustados e roupas de cores sóbrias, rapidamente elas viraram inspiração para jovens ao redor de todo o mundo.

As roupas vêm acompanhadas de poucos acessórios e uma maquiagem bem simples, a "*no makeup-makeup*" - técnica em que se tenta alcançar um aspecto natural, parecendo não estar usando nenhum produto na pele -, e a estética *clean-girl* rapidamente se transformou num estilo de vida.



© Getty Images

A modelo e empresária Hailey Bieber é uma das principais clean-girls na internet

À primeira vista, esse estilo pode ser apenas uma preferência pessoal, mas, analisando a fundo, a tendência foi precursora para as futuras ondas no mundo da moda e dos cosméticos. Essa estética é uma alternativa acessível para quem busca economizar. Com algumas peças-chave no guarda-roupa, poucos itens de maquiagem, acessórios simples e um gel de cabelo, é possível seguir as tendências sem comprometer o orçamento.

Em contrapartida, estilos opostos voltaram a surgir, também, nas redes sociais. A ascensão dos anos 2000, por exemplo, trouxe a volta das estéticas *McBling* e *Y2K*,



© Jun Sato/ Getty Images

Uma das pioneiras do McBling é a socialite Paris Hilton, ícone fashion até hoje

ambas marcadas por uma maquiagem pesada e roupas maximalistas, com bastante *strass* e *animal print*.

A volta dessas estéticas pode ser explicada pelo momento em que os Estados Unidos se encontravam quando elas estavam em alta. Os dois estilos surgiram no meio da década de 2000, tendo fim em meados de 2008-2009, justamente quando o país enfrentava a crise econômica mais recente. Esse retorno não passa de uma nostalgia involuntária, um reflexo de quando os estadunidenses passavam por uma situação similar.

Também é cada vez mais comum ver mulheres usando roupas de trabalho em outras ocasiões sociais, especialmente quando o valor das peças cresceu consideravelmente nos últimos tempos. A empresa chinesa Shein, por exemplo, aumentou o valor das peças de roupas em 377% nos EUA, após o anúncio das tarifas de Trump.

Esses dados são apenas uma amostra do que esperar pelos próximos meses. Roupas formais estão previstas para serem a maior tendência de 2025-2026, ao lado de cores sóbrias e o minimalismo remanescente das *clean-girls*.

Além da moda, o mundo da maquiagem e cabelo também serão afetados. A venda de batons aumentou em 108% no início deste ano, sendo um indicativo de como o público vem buscando algo mais prático em comparação a outros itens de maquiagem. Cores naturais de cabelo e cortes curtos também estão em alta, consequência da procura pela praticidade.

Os próximos anos prometem tendências bem diferentes umas das outras, mas com certeza o aumento da simplicidade será mais notado por sua incontestável ascensão. Mais do que números, o temor de uma recessão revela que a indústria da moda não desaparece em tempos de crise, mas se adapta às novas dinâmicas.

Medo da deportação aflige na busca de tratamento médico nos EUA

Mesmo em estados mais acolhedores, brasileiros temem procurar o sistema de saúde por causa das políticas migratórias endurecidas de Donald Trump

Por Eduarda Amaral e Iasmim Silva

De acordo com o Itamaraty, cerca de 2 milhões de brasileiros vivem nos Estados Unidos, entre situações regulares e irregulares. As maiores concentrações estão em Nova York, com 500 mil, e Boston, com 420 mil. A imigração ocorre por diversos motivos – econômicos, sociais, educacionais e médicos.

Uma parte significativa busca no exterior tratamentos e medicamentos que não encontra no Brasil ou precisa de atendimento durante estadias temporárias. No entanto, para quem vive na irregularidade, recorrer a esses serviços representa um risco. O medo de ser denunciado às autoridades leva muitos a evitar consultas e exames, mesmo em estados com políticas mais acolhedoras.

Alguns estados americanos são conhecidos como "cidades-santuário" — entre eles, Massachusetts. Com legislativo majoritariamente democrata e perfil tradicionalmente progressista, o estado adota políticas que garantem direitos a imigrantes, como acesso à moradia, à educação e à saúde pública.

Desde que reassumiu a presidência em 2025, Donald Trump tem intensificado as políticas migratórias que marcaram seu primeiro mandato entre 2017 e 2021. O presidente deu um avanço ainda mais temível em direção à sua meta de deportar uma quantidade jamais vista de imigrantes.

Em abril, assinou três decretos que ampliam os poderes repressivos de autoridades locais, inclusive em estados com histórico de resistência às diretrizes federais. O objetivo declarado é aumentar o número de deportações e impor medidas mais duras mesmo em territórios mais acolhedores.

Segundo Laerte Apolinário Júnior, doutor em ciências políticas, pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais da Universidade de São Paulo (CAENI/USP) e professor de relações internacionais (RI) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), os decretos assinados por Trump buscam descentralizar a repressão migratória ao punir cidades-santuário.

Transferir esse poder às polícias locais – inclusive em estados mais acolhedores – faz parte de uma estratégia mais ampla para conter a imigração, segundo Laerte. A ideia é agir antes mesmo da entrada de imigrantes, por meio de acordos com países de trânsito, como os que abrigam refugiados.

"Isso pode provocar retaliações diplomáticas e perda de legitimidade internacional dos Estados Unidos", alerta o pesquisador. Ele ressalta que tais medidas comprometem a segurança e o bem-estar dos migrantes e violam princípios de cooperação humanitária.

Caminhos possíveis

Entre os milhares afetados pelas medidas do governo norte-americano, há um grupo que enfrenta não apenas o medo da deportação, mas também problemas de saúde: os imigrantes que dependem do sistema público de saúde dos Estados Unidos.

Em Massachusetts, programas como o MassHealth oferecem atendimento médico gratuito, incluindo emergências, exames e medicamentos, a todos os residentes – inclusive os não regularizados. Outros serviços disponíveis são o Commonwealth Care, o Medicare, voltado para idosos, e o Medicaid, que atende cidadãos e estrangeiros com Green Card.

Vanuza Alves, brasileira de 39 anos, vive há três anos no estado com o marido e os três filhos. Pouco depois de chegar, descobriu um câncer agressivo e iniciou o tratamento com urgência. Desde o diagnóstico, foi encaminhada para Boston, onde teve acesso imediato ao tratamento por meio do MassHealth.

"No meu caso, é extremamente importante estar aqui, porque o medicamento que uso não está disponível no Brasil, nem mesmo pelo SUS", afirma Vanuza, explicando o porquê não pode retornar ao país de origem.

Desde 2020, ela enfrenta a doença com coragem, mas relata que com o retorno do governo Trump e suas políticas rigorosas de imigração, o medo da deportação e a possibilidade de interrupção da sua cura, tornou-se uma companhia constante.

A intensificação das operações anti-imigração e as deportações em massa, além dos decretos que Trump defende e impõe, têm criado uma tensão entre imigrantes. "O tempo todo sentimos medo de ir ao médico, porque aqui, está todo mundo em alerta, todos temos essa sensação de insegurança, por receio de alguém te denunciar", finaliza Vanuza.

Segundo Laerte, "Embora não haja um mecanismo bilateral específico, há alguns caminhos possíveis". Os países de origem podem acionar pedidos humanitários formais, solicitando que os EUA concedam o chamado "status de proteção temporária". Essa medida impede a deportação de cidadãos de países em situação de conflito ou emergência. Também é possível levar os casos a instâncias internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

No dia 1º de maio, o presidente Donald Trump recorreu à Suprema Corte americana (TPS) para retirar o status de proteção temporária de cerca de 300 mil venezuelanos. A medida já havia sido barrada anteriormente pelo juiz Edward Cher, que classificou a tentativa como infundada e de caráter racista. A nova investida revela a intenção do governo de não apenas deportar, mas também restringir vias legais de permanência para imigrantes latino-americanos.

Segundo o professor Laerte, os consulados podem oferecer ajuda humanitária, e o governo brasileiro poderia negociar acordos temporários para impedir a deportação de cidadãos em tratamento. No entanto, essas ações dependem da vontade política – sobretudo dos Estados Unidos, cuja postura tem imposto entraves ao debate. "Todas essas iniciativas podem levar a uma radicalização ainda maior da política anti-imigração, inclusive com retrocessos em direitos fundamentais", alerta.



© X @TheWhiteHouse

Assinaturas que custam caro: decisões políticas que, no papel, agravam o silêncio e a dor de quem precisa de cuidado

Como o diagnóstico de neurodivergências pode auxiliar no autoconhecimento

Os transtornos como TEA, TDAH e TOC muitas vezes são encarados com preconceito e exclusão



© Pixabay

A fita do infinito com cores do arco-íris foi criada por autistas para substituir antigos símbolos capacitistas

Por Henrique Silva Rodrigues, Laura Melo e Luca Cantarim dos Santos

A neurodiversidade é um termo cunhado pela socióloga australiana Judy Singer, em 1998, que descreve indivíduos com um funcionamento neurológico diferente do padrão, o que afeta a forma como se comunicam, socializam e percebem o mundo.

Estima-se que de 15% a 20% da população mundial conviva com alguma dessas condições. Entre elas, estão o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a síndrome de Tourette, o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), o transtorno bipolar, entre outros.

Por não se tratarem de doenças, essas condições não exigem ou necessitam de cura, mas sim de compreensão, respeito e tratamentos que melhorem a qualidade de vida e reduzam seus impactos negativos. O primeiro passo nessa jornada é o diagnóstico – e, de preferência, que ele aconteça o mais cedo possível.

No caso do autismo, existe a ferramenta *Modified Checklist for Autism in Toddlers* (M-CHAT/R-F), uma escala utilizada para a detecção em quem possui entre 16 e 30 meses de idade. Recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, o teste consiste em 23 perguntas que devem ser respondidas pelos pais ou responsáveis, com base na observação do comportamento da criança.

No entanto, devido à falta de conscientização da sociedade e de capacitação de profissionais do sistema educacional e de saúde em reconhecer seus sinais, ele raramente é aplicado. Essa demora no diagnóstico pode ocasionar problemas nas relações interpessoais e ainda depressão, ansiedade e baixa autoestima.

O neuropsicopedagogo e psicanalista José Romero Carvalho afirma que o diagnóstico tardio costuma ser recebido como um alívio: "Permite que o neurodivergente se entenda e busque formas de regulação. Isso é fundamental para que ele se posicione de forma organizada na sociedade. Ao se conhecer e se regular, suas relações interpessoais se tornam mais equilibradas e eficazes".

Max Cypriano, estudante de Audiovisual no Senac, descobriu o autismo já próximo da vida adulta. Em entrevista ao **Contraponto**, contou que o diagnóstico trouxe calma ao sentimento de inadequação, além de ampliar o autoconhecimento. "O acompanhamento profissional tem me proporcionado estratégias para suprir minhas necessidades e, o mais importante, saber como me relacionar com as pessoas ou enfrentar situações que fogem do meu controle da forma mais segura e que cause menos danos à minha integridade", relata.

Romero destaca ainda que, sem o diagnóstico, crianças neurodivergentes acabam sendo rotuladas como "estranhas" e enfrentam dificuldades para se expressar e se encaixar nos grupos. Max confirma: "Antes, tudo era muito complicado e confuso, tenho problemas em entender algumas normas sociais e falhava sempre que tentava. Era desconcertante não ser visto como 'correto pelos outros'".

Joana Teixeira, estudante de Design e Design de jogos, na Universidade São Judas Tadeu, possui diagnóstico de TOC e TDAH e está fazendo testes para o diagnóstico de Autismo. Em entrevista ao **Contraponto**, ela disse: "O autismo tem sido uma suspeita das minhas psicólogas há bastante tempo. E sempre que tinha a oportunidade, eu comentava, pois me sentia extremamente sufocada pela dúvida, por isso, estou mais aliviada e ansiosa pelos resultados, pois sei que isso vai ajudar a descobrir mais sobre mim mesma". Para ela, o acompanhamento tem ajudado em diversas áreas como na hipersensibilidade com texturas e hiperfoco.

O acompanhamento profissional de uma pessoa neurodivergente deve ser próximo, individualizado e adaptado às necessidades específicas de cada condição e paciente. O tratamento psicológico não tem como objetivo "corrigir" ou "normalizar" comportamentos, mas sim oferecer ferramentas que auxiliem no enfrentamento dos desafios cotidianos, promovendo mais autonomia e bem-estar.

O foco está em desenvolver estratégias de regulação emocional, habilidades sociais e formas de contornar dificuldades provocadas por situações como sobrecarga sensorial ou rigidez de rotinas. Em alguns casos, o acompanhamento multiprofissional pode incluir o uso de medicação, especialmente quando há sintomas intensos, como crises de ansiedade, impulsividade ou episódios depressivos.

Para além da dificuldade de identificação e diagnóstico, a falta de conhecimento da sociedade em torno do tema reforça preconceitos e estigmas, como explica o psicanalista: "A ignorância e a falta de entendimento da população em geral fazem o senso comum enxergar o neurodivergente como um 'estranho'. A sociedade precisa de informação." O meio social ainda tende a perceber essas pessoas como menos capazes ou difíceis de lidar, o que gera exclusões sutis ou explícitas – desde relações de amizade até oportunidades no mercado de trabalho.

"Já sofri preconceito diversas vezes, até por parte de amigos. Não conseguir falar sobre sentimentos me deu muitas dores de cabeça no passado e me trouxe a fama de egoísta entre todos da minha sala na escola", complementa Joana.

A crescente discussão sobre neurodivergências evidencia a necessidade de uma sociedade mais informada, empática e preparada para acolher diferentes formas de ser. Casos como os de Max e Joana reforçam a importância do diagnóstico e do acompanhamento profissional no processo de autoconhecimento e adaptação social.

Os estudos de Ouabaína buscam tratar doenças neurodegenerativas

Entre expectativas e desafios, membros do Laboratório de Neurobiologia Molecular da USP começam a analisar efeitos da substância em animais

Por Leticia Falaschi e Thayná Patrícia alves

Na sala 336, no terceiro andar do prédio 1 do Laboratório de Neurobiologia Molecular da USP (Universidade de São Paulo), um grupo de pessoas vocacionadas pela ciência têm se dedicado a analisar possíveis respostas da Ouabaína em animais nos últimos meses. A atual pesquisa de iniciação científica, orientada pela pós doutora em Neurofarmacologia Molecular Elisa Kawamoto, busca verificar se o hormônio pode contribuir para a neurogênese – processo pelo qual novas células nervosas são geradas a partir de células precursoras neurais.

Estudos anteriores mostraram que a manipulação do ativo em células *in vitro* (fora do corpo, cultivadas no laboratório) resultou em neurogênese. O objetivo agora é verificar se as células *in vivo* (dentro do corpo) poderão gerar os mesmos resultados - que seria uma ótima notícia, já que implicaria fatores de crescimento neuronal e a geração de neurônios maduros e funcionais. A oubaína é uma substância cardiotônica, que aumenta a força de contração do músculo cardíaco. De origem natural, é extraída da planta *Strophanthus gratus*, e reage no corpo humano com a enzima Na^+/K^+-ATPase.



© Leticia Falaschi

Giovana, cientista da pesquisa manipula uma cultura de células

Caso as expectativas sejam alcançadas, a ouabaína poderá ser utilizada como terapia alternativa para doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e a demência. A pesquisa anterior foi liderada por Ana Maria Orellana, pós-doutora em Farmacologia pela USP, enquanto a atual, que investiga os efeitos do agente em animais, é comandada por Arthur Cantanzaro, graduando em Biologia, também pela Universidade de São Paulo.

O que sabemos até agora?

No estágio atual do estudo, a substância é testada em camundongos divididos em quatro grupos: dois de sedentários e dois submetidos ao exercício físico voluntário. Um de cada é sujeito à ouabaína. A distinção de grupos controle serve para analisar a reação do ativo em diferentes estados fisiológicos. O exercício físico é fundamental para o projeto, pois ele estimula a neurogênese, principalmente no hipocampo - área do cérebro relacionada à memória e ao aprendizado.

Em entrevista, Arthur Catanzaro explica a importância dessa diferenciação, que serve para verificar se a ouabaína está realmente tendo algum efeito. Segundo ele, a distinção dos animais baseada na prática de exercícios permite analisar se neurogênese é causada pela atividade física ou também pela substância. "Quero ver se a ouabaína vai intensificar ou não a neurogênese, quero ver se ela pode ajudar ainda mais o organismo saudável. Ela vai mimetizar, no hipocampo, a atividade física."

As doenças neurodegenerativas são uma das maiores preocupações da sociedade atual – especialmente para a médica. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), 55 milhões de pessoas vivem com demência atualmente, e a projeção para daqui a cinco anos é de 78 milhões, e que pode chegar a 139 milhões em 2050.

Essas enfermidades preocupam por impactar a memória, causando declínios cognitivos e comprometendo a capacidade de realizar atividades cotidianas, impactando o bem-estar da população e o sistema de saúde. Ainda, conforme a OMS, os custos globais com a demência podem chegar aos US$2,8 trilhões em 2030, que destaca a urgência de investir em pesquisas como esta.

"Quando descobrirmos mais coisas sobre a ouabaína, ela poderá se tornar uma terapêutica para pessoas com problemas de memória e outras doenças que causam danos neurais e cognitivos. É muito precoce afirmar isso agora... ainda não sabemos os seus efeitos, não é um super medicamento... está bem longe disso, mas estamos aprendendo sobre ela.", afirma Arthur, ao defender a relevância do tema, que vem ganhando espaço no Brasil e no mundo.

O cotidiano no laboratório

Alguns dos que estavam presentes no laboratório no dia da entrevista concedida ao **Contraponto** eram: Thiago Amorim (doutorando), Larissa de Sá Lima (técnica), Diana Andreotti (técnica), Geovana Rosa (Mestranda), Ana Lua Pires Fonseca Tavares (graduanda e Iniciação científica) e Arthur Cantanzaro.



© Leticia Falaschi

Com 21 anos, Arthur Cantanzaro tem no laboratório uma vocação

Em um governo relativamente pró-ciência, segundo o entrevistado, o cenário é melhor do que já foi, mas ainda deixa muito a desejar. Há dois anos no ICB, diz que é uma oportunidade incrível, na qual os alunos estão rodeados de pessoas renomadas, mas as dificuldades persistem como o cientista destaca. "O 'fazer ciência' não é profissão no Brasil, cientista não é trabalho. A gente fica a vida toda atrás de bolsa, pede esmola para as agências de fomento, não há uma progressão de carreira. E isso porque estamos numa instituição de elite, onde não nos falta nada, Mas, e numa federal no interior do país, que não tem dinheiro para pagar as contas?"

Essa precarização do trabalho científico revela, na prática, como uma das causas da fuga de cérebros e atraso nas inovações no país. Arthur é um dos estudantes que faz iniciação científica sem receber bolsa. Fora do horário das aulas, ele passa o tempo no laboratório, dedicado às pesquisas.

No dia da entrevista, uma quarta-feira pré-feriado, tanto os alunos quanto as técnicas, que são funcionárias, estavam no laboratório e permaneceram após o horário de expediente, dando continuidade a pesquisas como a da ouabaína. As demandas não acabam ao sair do prédio, elas precisam ser analisadas. São processos de longo prazo e de alta demanda, que exigem condições melhores. "Fazer ciência no Brasil, além de um sinal de resistência, é um sinal de que nós estamos aqui e estamos formando intelectos", finaliza Arthur.

O que é um passo para um homem, é um gigante desafio para elas

Avanços pontuais ganham destaque, mas a desigualdade segue estrutural nas agências espaciais

Por Ana Julia Mira, Luane França e Rebeka Garzon

Apenas uma em cada três pesquisadores é mulher, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa estatística vai além da simples ausência de nomes femininos nas missões científicas; revela uma falha estrutural que, por décadas, tem ignorado a presença e a capacidade de profissionais altamente qualificadas.

"Meu país e minha cultura não estavam preparados para mandar uma mulher ao espaço." A frase de Jerrie Cobb, em sua autobiografia, resume o que a aviadora estadunidense enfrentou em sua tentativa de ser astronauta. Apesar de ser uma das pilotos mais experientes da sua época e atender a todos os requisitos técnicos exigidos pela NASA, Cobb nunca foi enviada para uma missão espacial. A razão? A agência simplesmente não considerava mulheres para integrar a "corrida espacial".

Sally Ride foi a primeira mulher norte americana a viajar ao espaço, em 1983, mas o feito demorou a acontecer. A marca de pioneiras já havia sido alcançada por duas russas: Valentina Tereshkova, que voou para o espaço em 1963, e por Svetlana Savitskaya, em 1982. Somente em 1992, quase 10 anos depois de Sally Ride, a NASA enviou Mae Jamison, a primeira mulher negra.

De acordo com o Instituto de Estatística da Unesco (UIS), as mulheres que atuam nas áreas de STEM (acrônimo em inglês para *Science, Technology, Engineering, and Mathematics* significa Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) recebem salários mais baixos, publicam menos trabalhos e enfrentam mais obstáculos para avançar em suas carreiras, se comparadas aos homens, refletindo um desequilíbrio de gênero persistente.

No dia 14 de abril, a internet foi inundada por imagens da primeira tripulação totalmente feminina a ir ao espaço desde 1963. Um momento marcante para a história. Seis mulheres participaram de um voo da Blue Origin, empresa de foguetes de Jeffrey Bezos, fundador da Amazon. Para Andressa Ojeda, estudante de Engenharia Espacial na Embry-Riddle Aeronautical University, que está traçando o caminho para se tornar a primeira mulher brasileira astronauta, o desafio vai além da presença em uma única equipe: "Não se trata de 'colocar uma mulher lá', mas de garantir que mulheres estejam nas decisões, nas pesquisas, e nas lideranças técnicas. Quando uma ação é pontual, ela corre o risco de ser encarada como 'representatividade de vitrine'", afirmou em entrevista para o **Contraponto**.

O protagonismo feminino no setor espacial

O apagamento das mulheres nessa área foi nomeado pela historiadora Margaret Rossiter como "Efeito Matilda", em homenagem a Matilda Joslyn Gage, ativista pelo direito das mulheres e visibilidade na história. O termo se refere à desigualdade de gênero na ciência, principalmente quanto aos créditos por descobertas e contribuições acadêmicas.

Muitas pesquisadoras tiveram suas conquistas intelectuais roubadas e assinadas por outro nome, o de um homem, e só tiveram seus nomes associados às suas conquistas postumamente. A história da ciência foi contada sob uma ótica masculina, que ainda resiste em reconhecer o protagonismo feminino. Entre milhares de exemplos, há o da química britânica Rosalind Franklin, que, em 1952, obteve imagens fundamentais da estrutura do DNA por meio de raios X. Franklin teve seu crédito levado por Maurice Wilkins, James Watson e Francis Crick, que chegaram a ganhar o Prêmio Nobel de Medicina dez anos depois, sem nenhuma menção à pesquisadora.

Na exploração espacial, as coisas não são diferentes. Por mais de 50 anos, a história das matemáticas negras Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson permaneceu apagada, sendo amplamente divulgada apenas em 2016 no longa-metragem "*Estrelas além do tempo*". O trio foi fundamental para o trabalho do Langley Research Center (Centro de Pesquisas Langley) da NASA. Seus cálculos, feitos manualmente, como "computadores humanos", eram essenciais para que as viagens espaciais ocorressem, incluindo as três órbitas realizadas por John Glenn em 1962. Tudo isso em meio a um cenário marcado pela segregação racial e pela desvalorização das mulheres.

Missão espacial totalmente feminina

A empresa de exploração espacial criada por Jeff Bezos, a Blue Origin, realizou a primeira missão espacial composta exclusivamente por mulheres em mais de 60 anos. A tripulação contou com seis integrantes: a cantora pop Katy Perry, a engenheira Aisha Bowe, a jornalista Gayle King, a ativista Amanda Nguyen, a executiva Lauren Sánchez e a investidora Kerianne Flynn.



© Blue Origin/Divulgação

Tripulantes da missão Blue Origin

O objetivo da missão foi promover o turismo espacial e dar visibilidade à presença feminina em um setor predominantemente masculino. Embora seja uma ação simbólica e de importância, corre o risco de ser apenas um evento isolado. "Isso ainda não representa uma mudança estrutural nas agências espaciais – é mais um passo importante dentro de um caminho que precisa ser muito mais profundo. A verdade é que, muitas vezes, essas ações têm mais a ver com relações públicas do que com transformação real.", afirma Ojeda.

A mídia internacional deu grande destaque à participação de Katy Perry, ofuscando a trajetória das demais tripulantes. Entre elas, Aisha Bowe, ex-cientista da NASA, que enfrentou preconceito de gênero ao longo de sua carreira e nunca teve oportunidade de integrar uma missão espacial.

A missão da Blue Origin é um fato histórico, mas seu verdadeiro valor dependerá do impacto que terá nas agências espaciais. São necessárias políticas concretas que garantam a igualdade e a permanência das mulheres nesse campo. Esse atraso não se deve à falta de capacidade feminina, e sim a um sistema que restringe oportunidades com base em gênero e raça. "Para que a presença feminina deixe de ser exceção e vire a regra, precisamos de mudanças no recrutamento, nas lideranças, nas políticas de incentivo e principalmente no imaginário coletivo sobre quem pode ocupar o espaço – literalmente", conclui Ojeda, provável primeira astronauta brasileira a chegar lá.

80 anos do Holocausto: a importância de propagar a memória

Extermínio em massa do regime nazista ainda ecoa mesmo anos após suicídio de líder nazista e a quebra do regime

Por Amanda Campos, Giovanna Brito, Isabelle Maieru, Thainá Brito e Victória Miranda

Em 27 de janeiro de 1945, mais de 6.000 prisioneiros foram libertados do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, uma das maiores instalações do período nazista para prender e reprimir grupos de pessoas. À época, parte das vítimas resgatadas estavam desnutridas, doentes, gravemente feridas e abandonadas, já que os soldados alemães evacuaram rapidamente o local a fim de esconder seus crimes.



© Aaron Chown/AFP

O campo de concentração de Auschwitz foi palco para relembrar e conscientizar sobre o Holocausto

A ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933, iniciou o terceiro *reich*, que durou doze anos. O período foi marcado por um regime totalitário, com controle total do governo sob todos os aspectos de vida da população. Com isso, foram adotadas normas e políticas antissemitistas e segregacionistas, como as Leis de Nuremberg (que ampliavam o aparato de perseguição contra os judeus).

Seis milhões de semitas, ciganos, deficientes, homossexuais e outras minorias, foram presas e mortas ao redor da Europa antes de terem uma oportunidade de resgate. Após o fim do período, soldados relataram ter presenciado corpos humanos empilhados como lenha nos locais.

Ao todo, foram criados mais de 40 mil campos de concentração e nos territórios ocupados pelos nazistas durante o regime de Hitler. Nesses espaços, os prisioneiros eram forçados a realizar trabalhos exaustivos, enquanto viviam em extrema miséria e expostos à violência, fome e doenças. Diante da precariedade, muitos cometeram suicídio.

O ápice das medidas contra as minorias foi a chamada "Solução Final", a decisão de assassinar em massa todos os prisioneiros.

O Holocausto é considerado o maior genocídio da história moderna, e expôs os limites do preconceito e da intolerância. Em entrevista ao Contraponto, Marijane Vieira Lisboa, coordenadora do Curso de Ciências Socioambientais da PUC-SP e especialista em Direitos Humanos e Genocídios, declara que o período não foi o único genocídio que a história contemporânea assistiu. "Houve o genocídio armênio em 1915, tivemos o Cambojano, nos anos 1970, que eliminou quase um quarto da sua população, e também o dos Ttsis na Ruanda".

Marijane destaca achar preocupante a falta de notícias sobre os extermínios: "muitos outros que ignoramos, como o dos Rohingias em Mianmar, de Curdos no Iraque de Sadan Hussein, de indígenas Maias na Guatemala nos anos 1980 e muitos mais", tiram a visibilidade, conhecimento e trava possíveis discussões sobre o assunto.

Após o fim da Segunda Guerra, 22 dos principais líderes nazistas foram julgados pelo Tribunal Militar Internacional (IMT) em Nuremberg. Acusados de crimes contra a paz, de guerra e violações contra a humanidade.12 foram condenados à pena de morte, três a prisão perpétua, e outros a penas menores.

Os julgamentos continuaram na Alemanha e no resto da Europa, mas muitos criminosos de guerra fugiram e nunca foram julgados. Nuremberg representou um marco jurídico na responsabilização por crimes de guerra, e ajudou a fundamentar os princípios que dariam origem à Declaração Universal de Direitos Humanos.

Em 2011, John Demjanjuk, ex-guarda do campo de extermínio nazista de Sobibor, foi condenado como cúmplice na morte de 28 mil judeus. Isso estabeleceu um precedente jurídico que dispensou provas diretas de assassinato, focando sua cumplicidade com o sistema de extermínio. Ele morreu em 2012, aos 91 anos, após ser condenado a cinco anos de prisão, cumpridos em liberdade devido à idade avançada.

O caso de Demjanjuk abriu espaço para julgamentos começarem a acontecer pelo mundo. Um ano após sua morte, mais de 50 ex-guardas de Auschwitz foram levados a julgamento na Alemanha por seus crimes e, pela primeira vez, apenas a participação no sistema de extermínio bastava para condenação.

O dia em memória as vítimas do Holocausto

O dia 27 de janeiro marca a data de Celebração Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. O marco tem por objetivo relembrar a libertação dos prisioneiros do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, e foi adotado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 2005, para homenagear os que sofreram com o regime nazista. Todos os anos, a ONU (Organização Mundial da Saúde) escolhe temas distintos para as celebrações, dando espaço para as que abordam a experiência coletiva, os direitos humanos universais e a educação sobre o Holocausto no mundo.

Em 2025, a cerimônia em homenagem às vítimas foi realizada em frente ao campo de concentração de Auschwitz. Líderes políticos, incluindo o rei Charles III, do Reino Unido, o chanceler alemão, Olaf Scholz, e o presidente francês, Emmanuel Macron se reuniram para presenciar a cerimônia.

A celebração teve como foco os sobreviventes do holocausto e os discursos realizados por eles, que abordou a importância de combater as novas ondas de ódio. Uma das vítimas, Jona Laks, de 94 anos, declarou que não faz bem ao coração, à mente, relembrar sobre o período e o retorno a Auschwitz. "Mas é necessário. É necessário que o mundo saiba", completou.

A autora e pesquisadora Tova Friedman, de 86 anos, foi enviada ao campo de concentração ainda quando criança, e enfatizou que, mesmo 80 anos após a libertação, "o mundo está novamente em crise. O antissemitismo desenfreado que está se espalhando entre as nações é chocante".

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, também fez um pronunciamento, publicado nas redes sociais da ONU: "Apoiamos as vítimas, os sobreviventes e as suas famílias. E reiteramos a nossa determinação de nunca esquecer". Ele conclui o discurso com um aviso: "Permitir que o Holocausto desapareça da memória seria desonrar o passado e trair o futuro. A memória é um ato moral e um apelo à ação".



© Sergei Gapon/AFP

Sobreviventes do Holocausto, durante a cerimônia no Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto

Guardiões da luta contra o ódio

Os memoriais do Holocausto desempenham um papel importante contra a intolerância. Tais espaços documentam marcos passados, e servem como alertas contra o ressurgimento de ideologias extremistas.

Em um mundo de crescente discurso de ódio e negação do Holocausto, a existência dos memoriais é mais relevante do que nunca. Como enfatiza Carlos Reiss, coordenador do Museu do Holocausto de Curitiba, "a educação é a nossa vacina contra o ódio". Isso, somado a preservação e visitação desses memoriais, garantem que os horrores do passado não se repitam.

Memoriais

Israel

Localizado em Jerusalém, Yad Vashem é o memorial oficial de Israel dedicado às vítimas judaicas do Holocausto. Estabelecido em 1953, o complexo inclui o Museu da História do Holocausto, o Memorial das Crianças e a Sala da Memória, entre outros espaços. A instituição também honra os "Justos entre as Nações", não-judeus que se arriscaram para salvar judeus durante o regime nazista. O local também possui um vasto arquivo digital com milhões de documentos e testemunhos, acessível globalmente para fins educativos.

De acordo com o diretor do Yad Vashem, Dani Dayan, em entrevista ao jornal BILD, a educação é, e se manterá uma ferramenta importante para combater o negacionismo.

Berlim

Inaugurado em 2005, o memorial feito para criar um ambiente de desconforto e reflexão. O espaço busca representar a desorientação e a perda de contato com a razão humana durante o Holocausto. Sob o memorial, encontra-se o "Ort der Information", um centro de informações que documenta os nomes das vítimas, em colaboração com Yad Vashem.

Em entrevista ao site Alemanha Online, a arquiteta Dagmar von Wilken, responsável pelo projeto do centro de informações, destacou: "É essencial que as futuras gerações compreendam a magnitude do Holocausto. Este memorial serve como um lembrete constante dos horrores do passado e da necessidade de vigilância contra o ódio".

Alemanha

O campo de concentração de Dachau, localizado próximo a Munique, foi o primeiro campo de concentração nazista a ser estabelecido, em 1933. Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se um memorial dedicado às vítimas do regime nazista. O local preserva barracas, torres de guarda e o forno crematório, proporcionando uma visão direta das condições enfrentadas pelos prisioneiros.



© Matthias Schrader / AP

Portão de entrada do antigo campo de Dachau com frase "o trabalho liberta"

São Paulo

Inaugurado em 2017, o Memorial do Holocausto em São Paulo é o primeiro do tipo no Brasil. O espaço oferece exposições educativas, incluindo a mostra itinerante "Shoá: Como foi humanamente possível?", que apresenta documentos, fotos e depoimentos de sobreviventes. O memorial também promove atividades pedagógicas para escolas, visando combater o negacionismo e a intolerância.

Em entrevista à CNN Brasil, o curador Márcio Pitliuk, afirmou: "Este memorial é um tributo à memória das vítimas e um alerta contra o ressurgimento do ódio. É nossa responsabilidade garantir que as futuras gerações compreendam a gravidade do Holocausto".

Vão entre a memória e o presente

Oito décadas se passaram desde o Holocausto, mas os discursos que alimentaram o crime seguem vivos. O crescimento de células neonazistas, a normalização de falas autoritárias e o ódio como opinião, são sinais de uma história não assimilada. O "nunca mais" continua sendo proferido, mas cada vez mais posto à prova. De acordo com um estudo elaborado pela antropóloga Adriana Dias, que se dedica a pesquisar o neonazismo no Brasil desde 2002, o número de células neonazistas cresceu 270% entre 2019 e 2022.

As redes sociais se tornaram palco para o avanço dessas ideologias. Ali, grupos extremistas se organizam e propagam versões distorcidas da história, nas quais a violência contra minorias é tratada com naturalidade, reforçando a ideia de "nós contra eles" – qualquer "eles".

Para Marijane Vieira Lisboa, devemos aprender com a História, e não deixar cair no desaparecimento. "Não sei se o Holocausto poderá ser um dia esquecido, esperemos que não, mas o que temos visto nesses últimos tempos graças à pesquisa histórica, é a descoberta de aspectos antes ignorados, como a perseguição a outros grupos além de judeus, como ciganos, homossexuais, portadores de deficiência". A distorção da história ataca a memória das vítimas e abre caminhos para novas formas de ódio. O revisionismo, negacionismo e neonazismo andam juntos. Não é apenas a negação do Holocausto que preocupa, é a forma como ele vem sendo reconfigurado, relativizado e esvaziado em pleno século XXI.

Especialistas alertam para o aumento do antissemitismo e da intolerância, fenômenos que, segundo o diretor do Museu de Auschwitz, Piotr Cywiński, podem ser combatidos por meio da preservação da memória histórica. Além disso, iniciativas como o movimento on-line *#CancelHate*, do qual reúne depoimentos de sobreviventes para refutar discursos de ódio online, destacam a importância de ações concretas na luta contra o negacionismo.

A disputa por narrativas se acirra mais quando a memória do Holocausto entra no campo da geopolítica por ser usada para justificar ações do Estado de Israel, especialmente do genocídio do povo palestino. Quem expressa tal crítica é o jornalista Breno Altman, que afirma que o sionismo do atual governo israelense está promovendo um "segundo Holocausto", agora, contra os palestinos.

A crítica de Altman aponta que o Holocausto foi real, brutal e deixou marcas profundas, inclusive em sua própria família. O paralelo, nesse contexto, visa denunciar uma lógica de opressão que, embora em outro tempo, repete a desumanização como método.

Comparar o Holocausto com outras realidades pode enfraquecer o reconhecimento de sua singularidade, e silenciar qualquer crítica em nome do respeito histórico é perpetuar uma violência dupla: a de ontem, que matou, e a de hoje, que se cala.

Falta de incentivo à leitura evidencia a desigualdade social da juventude brasileira

Segundo pesquisa feita pelo "Retratos da Leitura", declínio de 53% para 47% no número de leitores no Brasil tem raízes nos âmbitos escolares e socioeconômicos

Por Annick Borges, Davi Rezende, Eduardo Bettini, Guilherme Zago e Rafael Pessoa

Divulgada pelo Instituto Pró-Livro, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, de 2024, e o *Mapa da Desigualdade*, de 2023, indicam o declínio do consumo literário no Brasil na última década, apresentando diversos obstáculos que impedem o acesso igualitário aos livros. De acordo com professoras do setor público e privado, o afastamento da população brasileira em relação à educação e à leitura enquanto hábito está associado ao ambiente escolar da juventude e às diferenças socioeconômicas nas escolas.

Entre a falta de motivação e costumes causados pelo imediatismo das mídias, os jovens têm lido cada vez menos e pode-se ver, principalmente nas escolas, as consequências deste problema na sociedade. A falta de leitura no cotidiano da população brasileira é fruto de um governo tumultuado e um período pandêmico, entre 2018 e 2022, onde ocorreram diversas dificuldades relacionadas aos direitos sociais da população.

Desde a pandemia, o incentivo à leitura caiu de forma acentuada. Durante o governo Bolsonaro, o próprio presidente alegava que os livros didáticos distribuídos nas escolas eram "um montão de coisas escritas". O mandato do ex-presidente ficou marcado por ser o governo com mais cortes nos financiamentos ao Ministério da Educação (MEC), chegando a quase 20%, segundo dados divulgados pelo UOL.

De acordo com a pesquisa do Instituto Pró-Livro, 53% dos brasileiros não haviam lido livros nos três meses anteriores a pesquisa. Em comparação, dados de 2007 apontam que os não leitores no Brasil representavam 45% da população. Tais dados revelam que a média de obras de literatura consumidas por ano caiu de 4,95 em 2019 para 3,96 em 2024, influenciada por fatores sociais e políticos.

Causas do declínio de leitura nas escolas

Em entrevista ao *Contraponto*, Marina Biella, professora da Escola Municipal Professor José Antônio Verzegnassi, afirma que um dos motivos da diminuição da leitura nas escolas seria o aumento do uso de celulares. Com o acesso contínuo às telas, os alunos perdem o que há de mais essencial na leitura: a atenção.

Em 2022, cerca de 92% de indivíduos entre 9 e 17 anos usava a internet (Pesquisa Tic Kids Online, do Comitê Gestor da Internet no Brasil). Esse contato precoce com telas tem acontecido de forma cada vez mais frequente. Os nativos dessa nova fase da modernidade se veem em um mundo cheio de aplicativos e dinamismo que os distancia de outras maneiras de consumir o mundo. As consequências dessa dependência desde a infância, segundo estudos de Maryanne Wolf, modificam hábitos que podem parecer simples, mas que podem levar a dificuldades escolares e no desenvolvimento.

Cada vez mais, equipamentos eletrônicos se tornam uma extensão do ser humano. O cenário do Brasil não é diferente do resto do mundo, de acordo com a pesquisa Digital 2023: *Global Overview Report*, da Data Report, o país está em segundo lugar no ranking de mais pessoas em frente a algum dispositivo eletrônico, com 56,6% dos pesquisados afirmando que passam a maior parte do dia em frente a uma tela. Segundo relatório divulgado pela *Public Health England*, os altos estímulos visuais e sensoriais das máquinas, desde a infância, prejudicam a saúde mental e física das crianças.

Cenas de dispersão em situações cotidianas começaram a ser comuns, não por serem crianças, mas porque a vida digital afeta a capacidade de concentração por longos períodos e a memória, habilidades que são desenvolvidas na fase pré escolar, ou até antes, e que são necessárias para criar o hábito de leitura. Sobre isso, Conceição Aparecida, professora da rede pública de São Bernardo do Campo, afirma em entrevista ao **Contraponto**: "Percebo que as crianças não têm mais paciência de ouvir a leitura de histórias. A impressão que eu tenho é que eles estão mais ansiosos".

Dados do Instituto Pró-Livro indicam que a pandemia foi um fator agravante não somente para o desenvolvimento escolar, mas também teve impacto no uso excessivo de dispositivos digitais em crianças e adolescentes. Jovens entre 11 e 13 anos foram os que mais reduziram a média de leitura. Um exemplo disso é que 66,3% dos alunos, principalmente nessa faixa etária, não costumam ler textos com mais de 10 páginas, segundo o Centro de Pesquisa em Educação.

As questões socioeconômicas são motivo de impacto também, já que possuem uma relação intrínseca com o acesso à leitura. No Brasil, segundo dados fornecidos pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), estudantes com menos condições financeiras possuem um desempenho pior em comparação aos que pertencem a uma classe social mais elevada. Sendo que somente um quarto da população com menor renda chega ao nível de leitura de um estudante no 4º ano do fundamental.

De acordo com Biella, outra causa da diminuição da leitura entre os jovens é a falta de incentivo familiar. Relacionada principalmente à baixa alfabetização dos pais e sua falta de costume em ler; a falta do exemplo dentro de casa desestimula o aluno ao gosto pela leitura.



© Rafael Pessoa



© Retratos da Leitura

Índices de quantos e como os livros são lidos pelos estudantes brasileiros

A didática da leitura nas escolas

Com o sistema educacional vigente no Brasil os jovens possuem seu primeiro contato mais aprofundado com a literatura dentro do próprio ambiente escolar. As aulas de literatura têm feito parte da grade curricular dos alunos desde os primeiros anos do fundamental, acompanhando-os até a preparação para os vestibulares.

Marina afirma que a literatura é um direito, pois propicia outras vivências e experiências para os leitores. A professora mostra como o contato com livros permite que o aluno desenvolva a habilidade de elaborar, na forma escrita e oral, aquilo que ele vive e sente.

De acordo com a pesquisa *Retratos da Leitura*, o índice de livros lidos por estudantes em 2024 é de cerca de 8,45. Enquanto não estudantes leem somente 2,58. Esta queda acentuada de livros por ano representa a forma como, ao sair do ambiente escolar, os jovens perdem o hábito da leitura.

Aina Cruz, professora de língua portuguesa e literatura do Colégio São Domingos, vê parte dos problemas de desinteresse dos jovens nos métodos de organização das leituras curriculares por parte dos professores.

A docente acredita que professores de ensino médio possuem duas perspectivas para montarem um curso: uma mais tradicional, seguindo o fluxo literário e das escolas, e outra mais atual e dinâmica. O segundo caminho, para a professora, evita ao estudante encarar a literatura como algo maçante, e disponibiliza ao aluno vastas opções de livros, sem amarras a obras de um movimento ou de vestibulares.

As leituras entendidas como "burocráticas" dentro do sistema escolar acabam por afastar o interesse natural do aluno na prática de ler, segundo Aina. A professora, que diz fazer uso de gêneros e épocas da literatura variadas dentro de sua grade curricular, afirma que as obras passadas nas escolas deveriam atender mais à atualidade dos estudantes.

"Como a literatura é uma arte feita por seres humanos para seres humanos, e estes possuem uma questão cíclica com a história, mesmo que existam obras atuais sendo discutidas nas escolas, muitas ainda buscam explorar somente o passado do século XIX", acrescentou a docente.

Para Marina, a leitura nas escolas deve ser imposta de forma obrigatória. No entanto, os exames devem refazer a abordagem das leituras para atender ao gosto dos estudantes, a fim de incentivá-los a lerem as obras pedidas pelo vestibular. Um agravante para a situação seria a desconsideração do contexto em que os alunos estão inseridos. Isso os leva ao desinteresse em consumir textos, mesmo que, segundo ela, nos últimos anos, alguns vestibulares tenham se adaptado.

Na visão de Aina, estas listas ainda contêm obras necessárias nos currículos dos alunos, além de buscarem se modernizar cada vez mais, incluindo livros mais recentes e de pautas mais atuais. Entretanto, a existência de um sistema que força o aluno a consumir uma obra para realizar a prova, ainda afasta o interesse pela literatura para além dos estudos.

Para isso, a professora propôs: "Se fossemos trabalhar a formação de leitor, deveríamos fazer algo que as escolas, institucionalmente, não estão preparadas, que seria dar a possibilidade de escolha ao aluno sobre o que ler, dentro do estudo de um panorama histórico literário. Assim, o estudante pode optar pela formação do próprio gosto e não se prender ao plano de um professor".

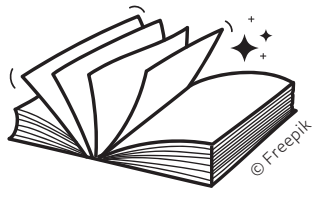
Informação e desinformação

A pesquisa *Retratos da Leitura* revela uma diminuição no consumo de jornais e notícias entre os pesquisados, que foi de 36% para 21%. Diante das eleições de 2026 e dados que explicitam que a população teve um aumento de 18% para 78% no uso da internet, um espaço para opiniões e desinformações, há a preocupação com a confusão de "leitores passivos".

O que impacta cada vez mais numa leitura sem análise crítica e que busca unicamente receber a informação mastigada é uma sociedade imediatista que trabalha na alienação de sua população para o consumismo cada vez mais desenfreado, o que cria a categoria de "leitores passivos".

Segundo o Instituto Pró-Livro, desde o início da onda da extrema-direita no Brasil, e durante o governo de Jair Bolsonaro, o hábito da leitura vem caindo. O próprio ex-presidente disse em entrevista à Rádio Bandeirantes que não tem tempo de ler livros e banaliza a busca de informações pela leitura e meios jornalísticos tradicionais, sendo a favor da absorção de informações via WhatsApp. Uma amostra da influência do ex-presidente é que de 2019 para 2024 o número de pessoas que afirmam gostar muito de ler caiu 11%.

"A gente tenta fazer um cardápio bem variado para conseguir ganhar esse aluno em algum aspecto" afirma Aina Cruz. Além disso, a atuação dos professores em sala de aula traz influências diretas no crescimento da leitura no Brasil ou em sua queda, já que, além de educador, o professor também é um formador de opinião.


© Freepik

O sacrifício da juventude periférica para cursar uma universidade

Em São Paulo, estudantes encaram obstáculos que enterram sonhos de graduação

Por Kauã Alves, Oliver Santiago e Tamara Ferreira



© Oliver Santiago

Jardim Monteverde, bairro do distrito Grajaú em São Paulo

O ingresso na vida acadêmica é, historicamente, um objetivo de muitos jovens das periferias de São Paulo. Seja por incentivo familiar ou por um desejo individual, a entrada no ensino superior representa uma das poucas possibilidades de mudança de vida. Em 2024, segundo o Censo Escolar, 302.392 concluintes do ensino médio da rede pública do estado se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – o que equivale a 79,87% dos alunos.

Mas a transição do ensino médio para o superior é dificultada por uma série de obstáculos, especialmente para quem estuda na rede pública. Na capital paulista, a precariedade educacional está diretamente ligada a fatores como a criminalidade, a superlotação das salas de aula, a desvalorização do salário dos professores com aumento abaixo da inflação e a desigualdade entre bairros. Esses desafios estruturais moldam o cotidiano de estudantes nos extremos da cidade e dificultam a trajetória de quem sonha com um diploma.

O professor de Sociologia da E.E. José Ephim Mindlin, Denis Rocha – teólogo pela Faculdade Unida de Vitória e sociólogo pela Faculdade São José Paulista –, define o ambiente escolar como limitador: "A escola, com seu regime educacional precário e seu sistema de funcionamento castrador do corpo e da imaginação, cria poucas perspectivas de futuro para os jovens."

Para ele, essa falta de horizonte dentro da escola contribui para que o crime se torne uma alternativa concreta: "Ao mesmo tempo, o tráfico de drogas oferece uma possibilidade mais rápida, fácil e garantida de retorno ao 'investimento'. Na criminalidade, o jovem pode sonhar, mesmo que o custo seja alto. Na escola, ele é ensinado a se condicionar aos interesses de um sistema educacional que nunca o ouviu."

E mesmo quando conseguem vencer essa primeira barreira e entrar na universidade, os obstáculos continuam. "A julgar pelo seu preparo e por ter entrado via cota pública ou racial, ele terá obstáculos maiores que os demais. Para além da dificuldade acadêmica, devido à fraca preparação, enfrentará desafios econômicos, como a locomoção, tendo que conciliar os estudos com o trabalho.", destaca Denis.

A realidade escancara essa desigualdade. De acordo com o Censo de 2022, São Paulo tem 3,6 milhões de habitantes vivendo em periferias. Jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 12% dessa população. Isso equivale a mais de 670 mil pessoas nessa faixa etária que crescem em um ambiente onde estudar é, antes de tudo, resistir.

O estudante de Jornalismo Kawan Novais, de 21 anos, morador do bairro São Rafael, no extremo leste da capital, conhece bem os desafios: "Posso citar duas dificuldades que enfrentei nesse período. A primeira foi a adaptação. Senti falta de nivelamento acadêmico e cultural, especialmente em relação aos repertórios. O curso de jornalismo exige uma bagagem crítica e social que, muitas vezes, as escolas públicas não conseguem oferecer."

A distância física também pesa ao estudante: "A segunda dificuldade é morar muito longe do centro, onde ficam as universidades e os empregos. Temos que acordar super cedo para se arrumar, tomar café e depois enfrentar ônibus e metrô lotados e disfuncionais para conseguir chegar ao trabalho ou à faculdade."

Kawan ainda compartilha sua rotina exaustiva: "Depois do trabalho e das aulas, volto tarde da noite para casa, fico mais de uma hora e meia, duas horas no transporte. Como algo rápido e durmo. São poucas horas de sono, e isso se repete todos os dias."

Essa jornada exaustiva evidencia o desafio dos jovens de baixa renda para ingressarem nas universidades do país. Segundo dados do INEP, apenas 33% dos 34 milhões de brasileiros em idade universitária estão matriculados em alguma instituição de ensino superior. E, mesmo entre os que ingressam, a permanência é um desafio.

Embora existam políticas de inclusão, elas ainda falham em garantir o acesso contínuo e digno a esses estudantes. Um exemplo recente ocorreu em abril, quando alunos do curso de Jornalismo da PUC-SP se reuniram com a reitoria para discutir o corte nas bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). O motivo do corte seria o modelo de distribuição do Ministério da Educação (MEC), que disponibiliza bolsas com base no número de formandos do semestre anterior ao processo seletivo – um critério que ignora a crescente demanda.

Esse tipo de instabilidade, somado à ausência de suporte adicional, escancara a diferença entre o ensino público e o privado. No entanto, políticas de apoio à permanência tem ganhado espaço no debate universitário. Em 2023, a USP investiu R$ 188 milhões no Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), beneficiando mais de 15 mil estudantes. Instituições como IFSP, Unesp e Unifesp também oferecem auxílios que vão além da ajuda financeira, incluindo moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico.

Nas faculdades privadas, esse cenário é diferente. O apoio à permanência praticamente não existe. O ProUni, mesmo garantindo bolsas, só oferece auxílios adicionais a alunos de período integral – o que ignora a realidade de jovens que precisam trabalhar para sobreviver.

O impacto dessa diferença é evidente. Em 2024, a USP registrou uma taxa de evasão de 17% – a menor entre as universidades públicas paulistas e com o maior número de cotistas. Já nas particulares, a evasão chega a 60%, que evidencia o abismo entre o ensino público e o privado e demonstra como as faculdades particulares muitas vezes abandonam seus estudantes bolsistas e de baixa renda.

No fim das contas, o ingresso no ensino superior é apenas o começo. Para a juventude periférica, permanecer e se formar é um desafio diário que exige sacrifício, resiliência e, muitas vezes, sorte.

Gritos que precisam ser ouvidos

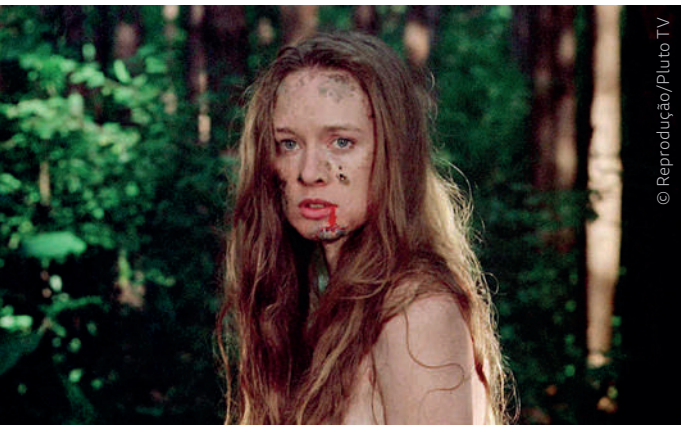
Como a tortura de mulheres tem sido usada como forma de entretenimento nos filmes de horror durante décadas

Por Emily de Matos, Luis Henrique Oliveira e Wildner F. Cerqueira

O cinema de terror frequentemente não se importa em atravessar barreiras éticas quando se utiliza histórias violentas com personagens femininas, transformando seu sofrimento em espetáculo para o público. Filmes como *Aniversário Macabro* (1972) e a franquia "*Doce Vingança*" (2010), refilmagem de "*A Vingança de Jennifer*" (1978), mostram abordagens problemáticas sobre a violência contra a mulher. As filmagens trazem narrativas que normalizam e até glamourizam esse comportamento, chegando a um subgênero de longas com essa temática chamado de "*rape and revenge*"– estupro e vingança. em português.

Nessas produções, o trauma é tratado de maneira sensacionalista com cenas de violência sexual e física que extrapolam os limites da necessidade da narrativa. A câmera frequentemente adota uma perspectiva *voyeurística*, convidando o espectador a testemunhar e participar implicitamente do sofrimento das personagens. Esse tipo de abordagem não só torna a violência contra mulheres algo trivial, mas também padroniza uma ação passiva e submissa das atrizes. Embora os roteiros tentem justificar esses tipos de representações através de supostas histórias de empoderamento feminino ou vingança, essa defesa raramente se sustenta diante da evidente exploração do corpo feminino como objeto de violência.

Um exemplo emblemático é o filme *I Spit on Your Grave* (1978, dir. Meir Zarchi), "Doce Vingança" em português, que ganhou uma refilmagem posteriormente em 2010. O enredo acompanha Jennifer Hills, uma jovem escritora que se retira para uma casa isolada no interior com o objetivo de trabalhar em seu livro, mas acaba sendo vítima de um violento ataque sexual cometido por um grupo de homens da região. Na produção, a protagonista sofre uma longa e gráfica sequência de estupro, seguida por uma tradução fria da sua busca de vingança. A maior parte da narrativa se concentra no sofrimento explícito da personagem, com cenas filmadas de forma a prolongar e detalhar a violência.


© Reprodução/Pluto TV

Camile Keaton como Jennifer Hills no angustiante "I Spit on Your Grave"

Para além de *Doce Vingança*, outras vertentes do terror também utilizam a violência contra mulheres para compor suas narrativas, principalmente os sangrentos *slashers* - subgênero de terror que se caracteriza por abordar a história de psicopatas e suas vítimas e abusam de cenas humilhantes com as figuras femininas que integram a obra.

Durante entrevista à *Variety*, o diretor de "*Terrifier*", Damien Leone, evidencia isso ao expor que havia uma sequência em que o personagem Art, o palhaço, brincaria com a genitália de um homem após arrancá-la, mas foi cortada pela equipe ao considerar a cena pesada."Exploramos essas coisas e brincamos sobre isso, mas depois dissemos: 'não, isso é longe demais. É muito desagradavel", conta. A verdadeira problemática acontece quando não existe esse mesmo questionamento e posicionamento em relação às cenas gravadas com as moças que compõem a franquia.

A fotógrafa e estudante de audiovisual Anna Caroline dos Santos explica que a representação sobre a violência contra a mulher nessas películas pode servir como ferramenta crítica se essa for a finalidade da obra, caso contrário ela trará apenas um apelo visual e se tornará uma obra vazia. "A representação pode servir para denunciar o abuso, a opressão e o machismo estrutural. Mas quando isso não acontece e se tem a hipersexualização de mulheres, teremos a exploração dos corpos femininos nesses filmes a partir do *male gaze*". O termo *male gaze*, olhar masculino em português, foi desenvolvido pela teórica feminista Laura Mulvey no artigo "Prazer visual e Narrativa cinematográfica" (1975). Ele consiste na maneira como as mulheres são retratadas na televisão numa posição de prazer e passivas à ação controladora do homem.

Santos diz que a objetificação das mulheres nos filmes de terror se dá pelas imagens focarem nas partes íntimas das atrizes e subtraírem o visual feminino em cenas erotizadas e estereotipadas. "Quem assiste, principalmente o público jovem, pode se apegar à ideia de que somos irracionais e fracas. Isso ajuda a perpetuar e naturalizar a cultura do medo, controle e da violência contra mulheres", explica.

As grandes franquias *slashers*, como *Halloween* (1978) e *Sexta-feira 13* (1980), também trouxeram em suas narrativas o conservadorismo estadunidense que estava em alta na época ao adotar as *Final Girls*. O termo criado pela estudiosa Carol J. Clover é utilizado para se referir às personagens que ficam vivas no final, comumente uma adolescente virgem que retoma os valores da família. Enquanto as outras figuras femininas, que são impuras, sofrerão mortes terríveis e abusos de diversas maneiras como forma de "pagar os pecados" que cometeram durante o longa.

"A lógica desses filmes é justamente essa: quando uma mulher aparece nua e vulnerável, praticando atos sexuais, significa que ela vai ter um fim brutal. Uma mulher não pode ceder aos prazeres carnais, senão ela será punida" afirma a fotógrafa, explicando que, mesmo as final girls, frequentemente inseridas nesse gênero como as mais fortes que sobrevivem, surgindo para dar protagonismo feminino nas obras, ela se perde em seu propósito ao se moldar por padrões misóginos. *Garota Infernal* (2009) é um dos maiores exemplos quando falamos sobre padrões sexistas na indústria cinematográfica. Com Megan Fox como protagonista, a intenção do estúdio era atrair a audiência masculina, por conta do seu trabalho anterior, *Transformers* (2007), onde a atriz interpreta uma personagem totalmente sexualizada.


© Reprodução/IMDb

Megan Fox em "Jennifer's body", dirigido por Karyn Kusama

O que torna o filme particularmente revelador é como sua essência subversiva, uma narrativa que deliberadamente inverte as expectativas de gênero, foi sistematicamente ofuscada por uma campanha publicitária que perpetuava os mesmos estereótipos que o filme criticava. Essa contradição expõe como a representatividade feminina no terror continua sendo filtrada por lentes masculinas que privilegiam o apelo visual sobre a complexidade narrativa, mesmo quando as histórias são criadas por e para mulheres.

Exposição “Funk Arte e Resistência” celebra a importância da democratização da arte no Brasil

As obras apresentam a cultura periférica do estado paulista com um olhar político e social no Museu das Favelas

Por Giovanna Hagger, Julia Sena, Mariane Beraldes e Victoria Rodrigues

Com fotografias, pinturas, objetos e instalações, a exposição “Funk Arte & Resistência” ocupou o Museu das Favelas entre março e abril de 2025. Em um percurso visual, a apresentação reforçou uma reflexão sobre como o gênero musical se consolidou ao longo dos anos como um dos principais movimentos culturais e políticos das periferias brasileiras. Sob curadoria de Andreza Delgado, a mostra destacou as obras como linguagem artística, instrumento de identidade e símbolo de resistência.

Os trabalhos foram distribuídos em duas salas térreas do museu. Desde a entrada, todos os espaços foram aproveitados para abrigar alguma composição. A coletânea gerou identificação imediata em quem visitava, como conta o estudante de Guarulhos, Elson Pablo: “Eu me senti representado, porque vi várias obras que refletem o meu cotidiano.”

Quem escolheu começar a experiência pela sala à esquerda se deparou com um quadro de dois metros de altura, apoiado sobre tijolos de concreto. A pintura em acrílico de Douglas Paiva, nomeada ‘Regentes da Rua’, retrata um tradicional baile de periferia. O protagonista da obra é o Mestre de Cerimônia, à frente do paredão de som, tendo ao fundo uma pintura que representa a arquitetura da favela. Ao redor, moradores aproveitam a festa de diferentes formas: com motocicletas, copos de bebida nas mãos e celulares ao alto. O MC se mantém de prontidão, como quem defende sua cultura e território.

Outra obra de destaque é a escultura em 3D de Luiz One, intitulada ‘Marcha no Progresso’, que representa um jovem carregando a favela e o Brasil nas costas, envolto pela bandeira nacional. Em suas redes sociais, o artista explica: “Sem a favela, o Brasil não gira. Aqui o sonho do menor é viver a vida boa.”

A interpretação de Elson sobre a escultura foi profunda: “A obra me falou muito sobre coragem. Coragem de encarar tudo de frente. Apesar de todo o preconceito que a gente enfrenta, fazemos de tudo para ter uma vida digna. Todo dia o sol nasce, o jovem levanta, coloca a mochila nas costas e vai atrás do trabalho, do estudo, para buscar uma vida melhor e cuidar da família.” O estudante ainda entende a construção da escultura como um menino desbravador do mundo com a sua mochila nas costas em busca dos seus sonhos, levando a favela longe.



© Victória Rodrigues

Marcha no Progresso, de Luiz One

A exposição também reservou momentos de forte apelo emocional: fotografias que capturam instantes de alegria coletiva nos bailes, painéis que exaltam figurinos, bonés, correntes e tênis reluzentes – símbolos da estética periférica. “A nossa realidade está sendo mostrada por meio da arte, que revela a vivência da quebrada – com as pinturas de meninos andando de moto sem capacete, dando grau, as fotos dos barbeiros e dos cortes, o baile, as crianças empinando pipa, jogando bola, brincando na rua. Tudo isso representa a nossa cultura.” afirma Elson, ao se reconhecer naqueles trabalhos.

A História do Funk no Brasil

A música reflete, em sua diversidade, aspectos sócio-históricos e formatos estéticos que constroem a identidade cultural de diferentes sociedades, transmitindo tradições, valores e histórias. Nesse cenário, o funk se destaca como forma de expressão e resistência. Nascido nas periferias, ressignifica esses territórios no cenário cultural brasileiro e rompe barreiras sociais, dando voz a comunidades marginalizadas.

No Brasil, o gênero chegou na década de 1970, após o surgimento nos Estados Unidos a partir de 1960. Os bailes *Black Rio* marcaram essa fase inicial, embalados por músicas negras norte-americanas. No fim dos anos 1980, o estilo se consolidou nas favelas cariocas, impulsionado pela juventude negra e pobre. A série de discos ‘Funk Brasil’, lançada pelo DJ Marlboro, ajudou a nacionalizar o movimento.

Desde então, a partir dos anos 1990, surge o funk consciente, com letras sobre violência urbana e as dificuldades vivenciadas pelos habitantes das comunidades. Com fortes críticas ao racismo estrutural e aos abusos policiais, essa vertente denunciava desigualdades e reivindicava direitos. O ‘Rap da Felicidade’ (1995), de Cidinho & Doca, e ‘Rap do Silva’ (1996), de Bob Rum, são referências dessa fase.

> “Minha cara autoridade, eu já não sei
> o que fazer
>
> Com tanta violência eu sinto medo
> de viver
>
> Pois moro na favela e sou muito
> desrespeitado
>
> A tristeza e a alegria aqui caminham
> lado a lado.”
>
> *O ‘Rap da Felicidade’ (1995), de Cidinho & Doca*

> “Mas naquela triste esquina
> Um sujeito apareceu
> Com a cara amarrada
> Su’alma estava um breu
> Carregava um ferro
> Em uma de suas mãos
>
> Apertou o gatilho
> Sem dar qualquer explicação
>
> E o pobre do nosso amigo
> Que foi pro baile curtir
> Hoje com sua família
> Ele não irá dormir.”
>
> *Rap do Silva (1996), de Bob Rum*

Já nos anos 2000, o funk proibidão se destacou com letras que retratam a realidade das periferias, abordam o crime organizado e o tráfico de drogas. No entanto, com as acusações de apologia ao crime, o estilo enfrentou forte repressão e dificuldades de circulação. A produtora Furacão 2000 foi condenada, em 2015, por causa da música "Tapinha", do Bonde Tigrão, por incitar na letra violência contra a mulher. Grande parte das músicas dos anos 2000 circulava em coletâneas piratas, sem créditos ou informações sobre seus produtores para não serem censuradas.

A virada do século também trouxe o protagonismo feminino. Nomes como Tati Quebra Barraco, Anitta, Valesca Popozuda, Ludmilla (Mc Beyoncé), Mc Katia e Mc Nem, Perlla e Mc Pocahontas transformaram o ambiente da música ao tratarem de temas sobre machismo e desigualdade, além de também trazerem letras de conteúdo sexual explícito e ostentação.

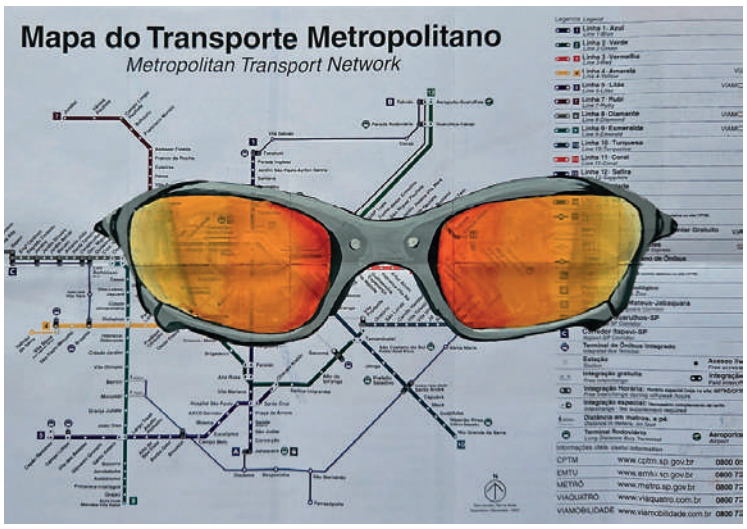
Marcado por preconceitos desde sua origem, o gênero ainda enfrenta tentativas de criminalização. Um exemplo recente é o projeto de lei apresentado em fevereiro de 2025, apelidado de 'Lei Anti-Oruam'. Proposto na Câmara Municipal de São Paulo pela vereadora Amanda Vettorazzo (União Brasil) e levado ao Congresso por Kim Kataguiri (União Brasil), o texto propõe impedir o uso de recursos públicos em shows de artistas que façam apologia ao crime ou às drogas. Cidades como Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT) já aprovaram propostas inspiradas no tema, além de outras capitais como, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campo Grande, Fortaleza, Curitiba, Vitória, João Pessoa, Porto Alegre, Cuiabá, Porto Velho e Natal, também terem apresentado o projeto.

O gênero, muitas vezes criticado por setores conservadores, é associado a estereótipos de violência e marginalidade. Com linguagem popular, batidas eletrônicas e estética própria, a categoria musical rompe padrões tradicionais e afirma a identidade da quebrada. Seu universo artístico e cultural funciona como espaço de resistência, expressão política e denúncia social. "Em celebração ao funk paulista, queremos partilhar visões e promover a discussão sobre as reais vivências nas periferias", declara Andreza Delgado em coletiva na inauguração da exposição.

A cultura do funk como forma de expressão e identidade

Segundo dados do *Spotify*, o funk é o gênero musical mais popular de São Paulo. Entre os 25 artistas mais escutados em 2024, 12 são MC's. Entre os destaques, estão MC Ryan, MC PH e MC IG — artistas oriundos das periferias, que narram suas vivências e alcançam o grande público com letras sobre repressão policial e ascensão social. A realidade também pode ser escancarada em versos como o de César MC, na música 'Favela Vive 4', onde o cantor diz: "É som de preto, de favelado / E quando toca, ninguém fica parado / É som de preto, de favelado / Mas quando toca, o branco lucra e nós que sai algemado."

Ana Fonseca, responsável pela comunicação do Coletivo Perifatividade, critica o afastamento social imposto às pessoas das periferias, privadas de acessar os próprios espaços culturais. "A favela produz tudo. O funk que as 'patricinhas' gostam de dançar, o *trap* que os caras escutam se achando 'maloqueiro' — quem criou foi o povo preto da quebrada. E aí os *playboys* zoam, pegam a nossa cultura, colocam nos espaços deles e não deixam a gente entrar.", afirma Fonseca.



© Funarte

Divulgação da exposição "Funk e Arte Resistência"

A democratização da arte para além da música

A dificuldade financeira também escancara quem são os excluídos do direito ao lazer cultural. Os altos preços de shows, cinemas e jogos em estádios criam barreiras físicas e econômicas, onde o público-alvo, em sua maioria, é periférico. A Semana do Cinema disponibilizou ingressos a R$10, dobrando o público que geralmente frequentava as salas. Em 2025, entre os dias 6 e 12 de fevereiro, os cinemas brasileiros receberam 4,3 milhões de pessoas, segundo o levantamento da agência *Comscore*. Houve um aumento de 148% de audiência após o evento promocional logo no final de semana.

Outro caso é a Virada Cultural, evento gratuito promovido pela Prefeitura de São Paulo que reúne milhões de pessoas anualmente, graças ao acesso gratuito. Em 2024, cerca de 4 milhões de pessoas estiveram pelos bairros da cidade aproveitando shows e mostras culturais. Ao contrário do que se imagina, a baixa participação em eventos não é fruto de desinteresse, mas da falta de democratização desses espaços. Segundo o IBGE, menos de 30% da população brasileira frequenta atividades culturais regularmente. Por isso, iniciativas como a exposição gratuita no Museu das Favelas são passos importantes para ampliar o acesso à arte no país.

A importância dos bailes funks como espaços culturais e sociais

Nas periferias brasileiras, os bailes funks são muito mais que festas. Tornaram-se espaços culturais e sociais indispensáveis para a juventude negra e periférica, oferecendo lazer onde o Estado não chega. Em meio às desigualdades, são ambientes de convivência, troca e construção de redes de apoio, onde a música se transforma em expressão e pertencimento.

A função social dos bailes está ligada ao protagonismo dos jovens que os frequentam. São nesses espaços que MCs, DJs, dançarinos e produtores culturais conquistam visibilidade, transformam vivências em arte e ocupam a cidade. É também um espaço de resistência, onde reunir-se, dançar e cantar se torna um gesto político diante da exclusão histórica.

No aspecto cultural, os bailes são polos criativos de onde surgem gírias, danças, modas e novas sonoridades, que transcendem o funk e influenciam a cultura *pop*. Mesmo enfrentando preconceito e repressão, a estética se mantém autêntica. As letras falam de amor, desejo, ostentação, sofrimento e superação, temas do cotidiano periférico que ganham força nas batidas.

O estudante Elson Pablo destaca como a representação da realidade na arte questiona os preconceitos destinados à periferia. "É muito importante a apresentação da cultura para o público e mostrar que dentro da favela não existem só os funkeiros, mas também grandes artistas. O funk é muito além da música"

A exposição Funk Arte & Resistência materializa essa potência criativa ao reconhecer o gênero como arte legítima, que nasce na favela e ecoa para além dela. Com instalações, registros históricos, fotografias e sons, a mostra reforça o papel dos MCs em narrar a realidade periférica e evidencia a estética própria do movimento como ferramenta de resistência e orgulho.

Apesar da popularização do gênero, os bailes permanecem como o coração pulsante dessa cultura. É neles que o funk se reinventa e mantém suas raízes, refletindo desejos, anseios e desafios de quem vive à margem. Reconhecê-los como espaços culturais é admitir sua potência transformadora – territórios onde se cria, resiste e vive a cultura de forma coletiva e vibrante.

A luta que continua: Rap nacional rompe a bolha da música brasileira

Com o apoio crescente da MPB, o gênero musical ganha força, mas a luta por respeito e visibilidade continua

Por Fernando Amaral, Gustavo Catriz, Maria Clara Palmeira, Nicolas Beneton e Sophia Aquino

Em 2023, o universo da música celebrou os 50 anos do hip-hop como gênero, uma cultura que, no mundo todo, cresce cada vez mais. No Brasil, não é diferente: o rap tem conquistado os ouvidos do público nacional, ganhando espaço nos streamings, festivais e na mídia. As parcerias do rap com outros gêneros musicais indicam que assim como em outras gerações, ele está mudando a forma de se fazer e de se ouvir.

Apesar da predileção de muitos pelo ritmo, o movimento sofre preconceito desde seu início no país. A marginalização do rap reflete uma sociedade com uma segregação enraizada entre os gêneros musicais e, principalmente, entre os lugares de onde eles vêm. O estilo, por sua vez, amplifica as mensagens da periferia e representa quem nela mora, se expandindo e chegando ao ouvido da sociedade em maior escala do que antes, muito também por conta de sua comercialização.

O rap nacional surgiu na década de 1980, nas periferias da cidade de São Paulo, influenciado diretamente pelo movimento hip-hop dos Estados Unidos. Mais do que um estilo musical, o rap se firmou como uma forma de expressão social e política das camadas marginalizadas, especialmente da população negra e periférica.

Desde o início enfrentou resistência e preconceito por parte das classes médias e altas, que enxergavam suas letras como uma forma de violência e que procuravam alterar seu caráter revolucionário. A rejeição vem relacionada ao que o rap representa, que é uma verdadeira denúncia às desigualdades sociais, ao racismo estrutural e à violência policial nas favelas.

O crescimento do gênero mostra como a cultura da periferia ganhou força e espaço nos últimos anos. Hoje, artistas do gênero estão no topo das paradas, participam de grandes festivais e têm suas vozes ouvidas em todo o país. O que antes era visto com preconceito, agora é reconhecido como uma forma legítima de arte, com letras que falam da vida real e representam milhões de brasileiros.

Mesmo com desafios ainda presentes, como a falta de apoio a iniciativas independentes e a competitividade do mercado, o rap segue vencendo barreiras e conquistando seu lugar. O sucesso de nomes como Djonga e BK é importante para a visibilidade do cenário do rap no mundo. Djonga ganhou o prêmio Los Angeles International Music Vídeo Festival (LAMV) pelo clipe "Conversa Com Uma Menina Branca" e BK e Bk recebeu três prêmios no Clio Awards 2024 com o álbum "ICARUS". Esses exemplos demonstram como a luta continua para que os artistas sejam reconhecidos e que a resistência à comercialização do movimento também seja mantida.

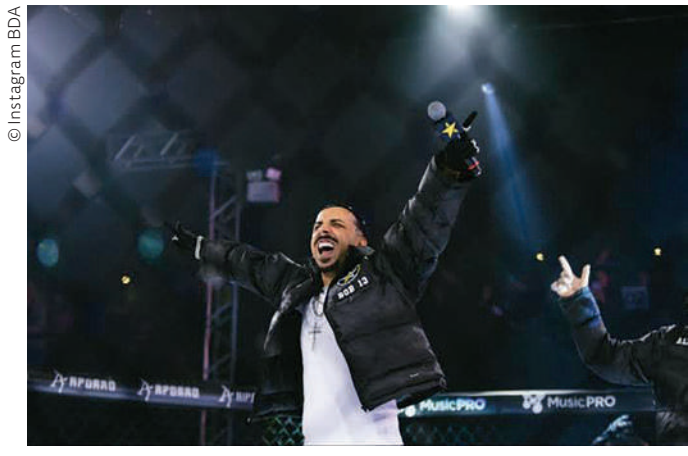
Com o crescimento e a valorização do rap no cenário musical ao decorrer dos anos, surgiu o interesse de artistas de renome da música popular brasileira em se unirem a nomes do gênero para a produção de músicas em conjunto. Nomes como Milton Nascimento e Samuel Rosa demonstraram essa aproximação ao participarem do novo álbum do rapper mineiro Djonga, *Quanto Mais Eu Como, Mais Fome Eu Tenho*, lançado em março de 2025.

Apesar do cenário recente de maior visibilidade e colaboração entre gêneros, o rap já ocupa espaço no *mainstream* da música brasileira há algum tempo. Desde o início do século, colaborações entre artistas do rap e nomes da MPB já aconteciam, com certo destaque para nomes como Mano Brown e Criolo. Esse foi um movimento importante para que a cultura do rap começasse a se estabelecer entre diferentes classes sociais. Era raro ver artistas do hip-hop fazerem participações em emissoras como a Rede Globo, até mesmo grupos como os Racionais MC's recusavam convites da emissora, por acreditarem que ela não representava os ideais do grupo.

Após anos de marginalização das músicas periféricas como o funk e o trap, o *mainstream* passou a abraçar esses movimentos ao perceber que as produções das ruas passaram a dominar as playlists e paradas do país. Um exemplo dessa aproximação é Gilberto Gil, que se apresentou ao lado de MC Hariel e gravou a faixa "A Dança" com o funkeiro para o registro de seu DVD, que já conta com mais de 50 milhões de *streams* somados no Spotify e Youtube. A parceria entre dois artistas de gerações e universos musicais distintos simboliza não apenas a aceitação, mas também a valorização da potência criativa e cultural que emerge das periferias brasileiras.

Reconhecimentos como esses ajudam artistas iniciantes a entenderem que podem chegar ao topo e conquistar o reconhecimento da mídia. Antigamente, ser artista de rap dentro de casa era visto como algo sem futuro, quase como se fosse sinônimo de falta de ambição, hoje o significado é outro.

Como contraposição a essa crescente aceitação do rap no *mainstream*, existe a visão dos artistas que ainda fazem parte da cena mais *underground* do movimento. Bob 13, organizador da Batalha da Aldeia, considerada a maior batalha de rimas do Brasil, afirma, em entrevista ao **Contraponto** que "O mercado da música está mais competitivo. A cena do rap está maior e mais aceita, mas há muita competitividade e pouca oportunidade."



© Instagram BDA

Bob 13 na Batalha da Aldeia

Ele também comentou sobre a dificuldade de manter o movimento sob crescimento da cena: "É muito difícil lidar com as questões que nos afetam. A prefeitura de Barueri, por exemplo, não nos ajuda em nada, toda a estrutura é feita por nós e isso tem um custo muito alto". A Batalha da Aldeia de Barueri (BDA), em 2022, foi proibida de ser realizada nas ruas pela Prefeitura Municipal de Barueri, a pedido da Polícia Militar, de acordo com a produção do evento.

O movimento hip-hop, assim como as músicas produzidas durante o regime militar, enfrenta censura por parte do próprio Estado. Isso reforça a importância das parcerias entre artistas do rap e figuras da MPB, que historicamente lideraram movimentos em defesa da liberdade de expressão e da manifestação cultural, especialmente em tempos de repressão e autoritarismo.

O rap é uma manifestação cultural muito potente, mas o objetivo de ser a voz da minoria não vem de hoje. O próprio Milton Nascimento é um marco da resistência cultural na música brasileira. Não é por acaso que Djonga o trouxe para uma participação em seu último álbum, pois transmitem a mesma mensagem de luta e resistência para aqueles que não têm voz, mesmo que em diferentes épocas e gerações. O primeiro álbum do rapper, "*Heresia*", tem sua capa inspirada em "*Clube da Esquina*", álbum de Milton Nascimento e Lô Borges, lançado em 1972 durante a





© Divulgação / UAI

Capas de Heresia, disco de estreia de Djonga e Clube da esquina, clássico da música brasileira, gravado por Lô Borges e Milton Nascimento

ditadura civil-militar no Brasil, considerada uma "obra-prima" no país.

Bob 13 destaca a importância da trajetória de artistas do rap nacional, que se firmaram pela consistência de seu trabalho ao longo do tempo. "BK e Djonga não tiveram uma construção de carreira baseada na explosão, mas sim na manutenção do movimento. Eles explodiram e continuaram com o seu trabalho de qualidade ", afirma. A MPB, por exemplo, é um gênero que foi transformando seu conceito ao longo dos anos e o rap está se consolidando cada vez mais como parte da música brasileira. Muitos artistas da MPB reconhecem a importância do hip-hop e já colaboraram com rappers em seus discos.

O rapper BK, que lançou seu quinto álbum, *Diamantes, Lágrimas e Rostos para Esquecer*, com dois samples das músicas "Só Quero Ver" e "Esperar Pra Ver", da cantora Evinha. Essa parceria entre os artistas mostra mais uma vez como a cena do rap está em constante evolução, tanto no estilo musical quanto na técnica, ganhando maior espaço na mídia.

O rap deu voz para comunidades periféricas que não eram sequer reconhecidas até ali. A partir da batida e a letra com um discurso político, o rap inspirou jovens negros da periferia a se identificarem com as músicas e ganharem espaço para se expressar. Segundo o produtor musical Batata, "o rap me posicionou para ser verdadeiro, era um dedo na ferida, não tinha um lado para escolher, e sim, falar dos problemas da comunidade".

Durante anos, a indústria musical brasileira preferiu abraçar gêneros como o sertanejo e o pop, deixando de lado categorias marginalizadas como o rap. O artista independente Tempero MC relembra um episódio simbólico: "Quando o Marcelo D2 ganhou um prêmio na MTV, ele ganhou na categoria de MPB e ficou muito chateado, porque era para terem feito uma categoria para os rappers."

A barreira entre os estilos sempre foi nítida, mas com o passar do tempo o rap se atualizou. Com novas formas de cantar e expressar seus protestos, o gênero passou a atingir diversas camadas sociais, trazendo pluralidade e identidade em suas letras. Abordando assuntos da atualidade, o rap encanta e atrai olhares de grandes artistas e diversos jovens, ampliando seu consumo.

"É muito importante essa participação de grandes artistas da MPB, que passaram a reconhecer os rappers como artistas e grandes compositores.. E, realmente, eles capturam nossa mensagem" completa Rodrigo. A difusão do rap e estilos derivados Brasil afora foi influenciada pela era digital, que auxilia no fortalecimento dessa cultura. O encontro de gerações entre grandes nomes do rap e do MPB é sinal de que mesmo com a demora, existem mais semelhanças entre os gêneros do que barreiras.

As parcerias atuais não são apenas a junção de dois universos musicais, mas também uma correção histórica, um novo jeito de manifestação. O resultado desses *feats* é uma valorização dupla, duas raízes fortes da cultura brasileira. Mesmo com o aumento da visibilidade, a indústria musical ainda tem no que melhorar, abrindo espaço para novos artistas, prezando a diversidade e uma carreira longeva, investindo na qualidade do trabalho. A valorização da música periférica, muitas vezes negligenciada, é um passo importante para a construção de um cenário musical mais justo e representativo.

"A imprensa é muito seletiva dentro do rap. Os grandes portais e páginas podem e devem exaltar quem está no topo, mas também precisam criar projetos e iniciativas para mostrar a cara de quem tem potencial e está batalhando por seu espaço", relatou Bob 13. Com os meios atuais como as redes sociais, é possível trabalhar para o crescimento desse mercado e para a valorização da cultura social do rap, prezando pelas pautas sociais e críticas e, principalmente, apresentando ao mundo nomes que saiam do eixo paulista e carioca, e que conquistem seu espaço de visibilidade dentro e fora dos palcos.

Com esse reconhecimento contínuo, Bob 13 destaca que é importante a renovação de novos nomes, pois a música permite que os artistas alcancem espaços de sucesso. "A cena do rap precisa ser mais comunitária, mais voltada para as origens, para quem está começando. É importante que o foco não fique sempre nos mesmos nomes", afirma Bob 13. O rap está em constante mudança e, para que os princípios de cultura e resistência sejam preservados, os artistas enxergam que é necessário olhar além do mainstream, investindo em vozes novas e diversas.

A partir dessa renovação, Emicida, um dos nomes mais conhecidos do rap brasileiro e que também fusiona os outros estilos musicais no seu trabalho, em entrevista à GQ, entende que o rap nacional está passando por uma transformação como qualquer outro gênero. "Os movimentos artísticos têm seu momento de alta e de arrefecimento. Houve a bossa nova nos anos 50, mas na década seguinte eram outras coisas, como a tropicália e a jovem guarda.", afirma. Com o avanço das tecnologias, o acesso ao gênero se facilitou e a variedade tem surpreendido, com novos nomes de diversas regiões do país criando e disseminando arte. A fusão com outros estilos musicais tem sido primordial para o fortalecimento dessa identidade e, isso é só o início de uma nova era.



© Reprodução/Instagram

Tempero MC (Rodrigo), artista independente

Entre lençóis, telas e livros: Lia D Castro na PUC-SP

Conheça a artista visual e intelectual que se vale da prostituição como ponto de partida para seu acervo, trabalhando gênero, raça e classe em suas obras

Por Anna Sofia Carsughi, Gabriela Scholze, Larissa Viana, Olívia Ferreira e Sofia Morelli



© Daniel Yazbek

Lia D Castro com professores e estudantes do curso de jornalismo

Em abril, os alunos do curso de jornalismo da PUC-SP tiveram a oportunidade de participar, no auditório 117-A, de uma palestra da artista Lia D Castro com a participação dos docentes Rosane Borges e Fabio Cypriano. Foram discutidos temas como sua trajetória, inspirações e motivações para a realização de suas obras e o impacto que elas têm o intuito de proporcionar.

Desenvolvimento: fazenda e cidade grande

A pintora nasceu em Martinópolis, um município no estado de São Paulo, em 1978. Sobre sua infância, ela diz que não é uma travesti especial e explica que a família ama o indivíduo enquanto ele é cisgênero, "cis", mesmo sem saber o que é ser cis – cisgênero – aquele que se identifica com o sexo que lhe foi atribuído no nascimento.

Há uma ideia, diz ela, de uma biologia natural, e a partir do momento em que sua biologia começou a não corresponder à biologia de sua família, houve o abandono. "Temos que desconfiar de sinais de muito amor, pois é possível que estejamos correspondendo a uma masculinidade enraizada."

A prostituição surge como uma oposição ao que ela já estava acostumada em sua vida. Prostitutas eram, para Lia, mulheres belíssimas, que se cuidavam. "Questão de classe", segundo ela, de quem a família não prestava essa atenção a aspectos estéticos.

Sobre sua transexualidade, Lia menciona cirurgias de transição de gênero como questões de saúde pública: "quando a gente coloca um peito, não é sobre ser mulher, e sim sobre ser humana. E ser humana dá passe para o amor e para o respeito."



© Camila Guermandi

Lia D Castro em seu ateliê

A arte surge, para ela, como um reflexo de sua infância passada no interior de São Paulo: acostumada a trabalhos manuais e artesanais, D Castro já era familiarizada com a pintura a óleo quando veio à São Paulo, capital, em 2010. Ela trabalhou no ateliê de sua amiga, era professora de artes.

Seis anos depois, em 2016, formou-se em Artes Visuais no Centro Universitário Ítalo Brasileiro, também em São Paulo, aos 35 anos. A denominação "pintora" é uma preferência de Lia, segundo entrevista sua para a reportagem "Maior exposição de artistas negros já montada no Brasil abre em São Paulo", publicada pela revista *Veja São Paulo*, em 28 de julho de 2023.

Informação em troca de sexo

Lia D Castro começou sua jornada com a prostituição ainda jovem. Foi por meio de sua amiga, dona do ateliê onde Lia trabalhou, que se juntaram sua atuação no trabalho sexual e a arte e a prostituição fora, assim, transformada em um instrumento de questionamento social.

Para Lia, a prostituição é mais do que sexo: é um espaço de aprendizado, fotografia e, principalmente, diálogo, onde "o ato de se abrir transforma o dinheiro físico em informações". O pagamento dos clientes, portanto, que começa sendo financeiro, depois passa a ser a informação: "transformo o sexo em diálogo, em pensamento".

"A prostituta consegue ver o que nem psicanalistas conseguem", afirma: ela conta como inverte a narrativa e coloca o cliente no microscópio, e pergunta a ele como é ser branco e homem – perguntas para as quais o cliente não tem resposta por não serem temas costumeiramente pensados por eles. Ou seja, seus clientes, em maior parte cis, heterossexuais e brancos, são incentivados a refletir sobre seus lugares no mundo.

Seu intuito principal é compreender a geração marcada pela masculinidade branca e cisgênero, quem são os novos brancos. "Tudo isso é uma experiência de cosmovisão do mundo, na qual este é experimentado a partir do conhecimento do ódio", diz a pintora.

Ela conta como se prepara para os encontros: "depois de dar match com alguém do meu público-alvo, eu sempre busco pesquisar os interesses, principalmente intelectuais, da pessoa. Isso de certa forma elimina um possível atalho entre nós dois, facilitando com que a conversa flua". É por meio da criação de um espaço seguro para seus clientes que estes, em grande parte, mantêm visitas regulares.

Conhecimento como forma de afeto

A professora de Jornalismo, Rosane Borges, complementou a conversa, ao refletir sobre o amor na sociedade e o papel do afeto na transformação social: "Se o ódio tem força política, por que o amor também não teria?", provocou. Lia relembra que, por meio do diálogo, já influenciou mudanças de postura em seus clientes. Destaca ela: "Já fiz um cliente meu repensar a relação com a mulher que trabalha em sua casa. O amor é um ato político".

O diálogo a que a pintora se refere é o que ela tenta por meio do afeto, que ela relaciona com o ato de se informar: "ser medíocre é contribuir com algo que vai me destruir". Ela parte da ideia de que a mediocridade é o lugar da ignorância transformada em arma.

Portanto, o processo de refletir com clientes se trata de um gesto de amor; não só com eles, mas também com aqueles que recebem e entram em contato com a sua arte.

As obras e a teoria por trás

As obras de Lia são objetivas: em sua obra "Resíduo da noite anterior", ela integra à pintura um lençol usado por ela e um

© Lia D Castro



"Colo de Mãe/ Resíduos da Noite Anterior"

cliente. O "Resíduo" do título é, no sentido literal, o resíduo que restou das relações sexuais tidas com o homem. As obras, que em geral retratam seus clientes, partem da materialidade do DNA do homem: segundo ela, após a ejaculação do objeto da obra e a assinatura de um contrato, o sêmen é usado no processo de produção da pintura, como fundo de tela.

A pintora recorre a Frantz Fanon para explicar a diferença entre apresentar e representar, que, para o psicanalista, é uma forma de destruição: Lia não tem o intuito de destruir, mas sim de fazer uma troca com o cliente – reparação histórica e informação em troca de sexo e um lugar onde ele possa ser ouvido e finalmente se enxergar e passar a experienciar o mundo de modo físico, o que, para a artista, não acontece.

Além de Fanon, as discussões são fomentadas pelas formulações de Bell Hooks e Achille Mbembe, autores reconhecidos por sua literatura anti-hegemônica e anti-colonialista.

Uma das temáticas de suas obras e discussões é a chamada "retina colonial". O conceito, definido por D Castro, é a influência do preconceito no olhar, na visão de mundo.

Assim, chega-se também ao conceito de daltonismo, que seria o branco que não se enxerga como branco: "é o não conseguir se nomear, mas consigo nomear o outro". Ou seja, a pessoa branca não se define como branca, mas é capaz de definir o que são as outras pessoas.

"As obras não tratam de uma simples representação do superficial, mas demonstram o que geralmente não se vê", diz D Castro. É aí que surge sua arte, que é uma forma de tirar de si a categoria hétero-branco-cis: ela transporta a periculosidade da categoria para a tela, apresentando-a de modo a enxergar o homem.

© Lia D Castro



1 "Davi", da série "Axs nossxs filhxs" (2021), Tinta óleo, tinta acrílica, grafite sobre tela unique

2 Yuri

3 "Bruno", da série "Axs nossxs filhxs" (2021)

4 "Carlos", da série "Axs nossxs filhxs" (2021)

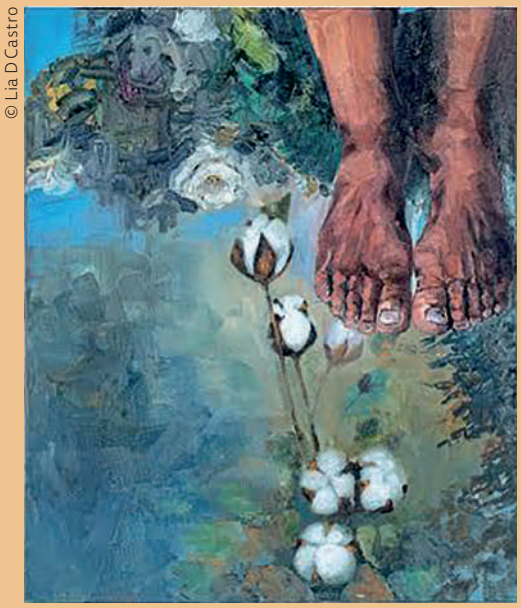
1

© Lia D Castro



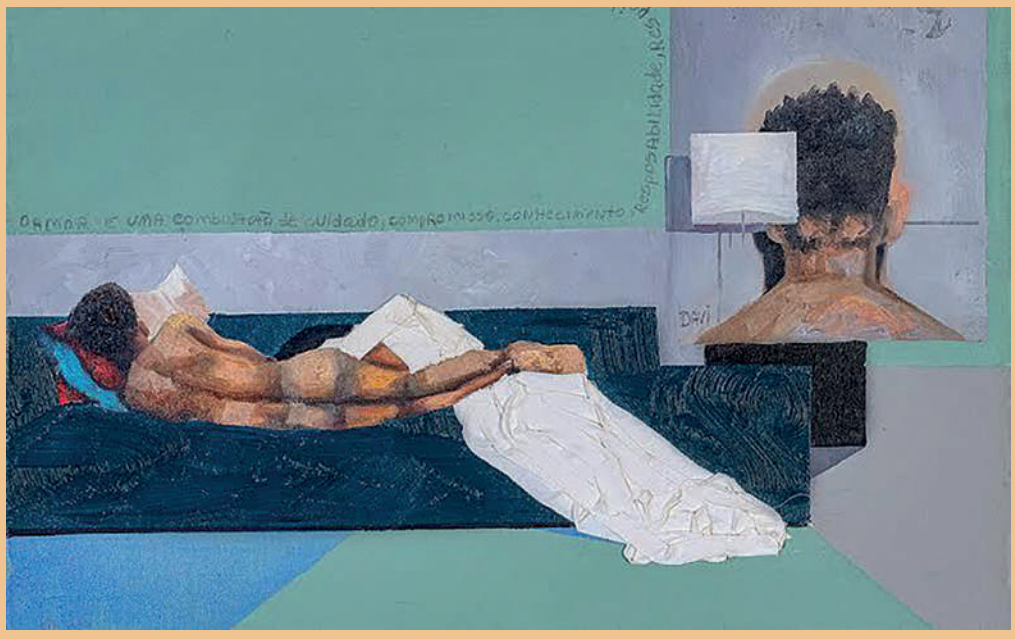
2

© Lia D Castro



3

© Lia D Castro



4

Legado geracional firmado na Parada do Orgulho LGBT+ em São Paulo

29ª edição do evento traz jornada de memórias, resistências e construção de um futuro com orgulho para a comunidade

Por Ana Beatriz Souza, Kaleo Ferreira e Lívia Rozada

Em junho de 1996, um grupo de pessoas ocupou as ruas de São Paulo para gritar o que muitos só sussurravam: "Existimos, e temos orgulho!". A primeira Parada Gay da cidade, que aconteceu no ano seguinte, reuniu militantes, *drags* e *punks* solidários. Ninguém imaginava que, em poucos anos, ela ficaria conhecida como a maior celebração LGBT+ do mundo. Um fenômeno que mistura protesto, cultura e a celebração da vida, de um grupo que carrega na vida, um ato de resistência. Em 2025, acontecerá a 29a Parada LGBTQIAPN+ de São Paulo com o tema "Envelhecer LGBT+: Memória, Resistência e Futuro". O evento deste ano acontecerá no dia 22 de junho, a partir das 10 horas (no horário de Brasília) na Avenida Paulista.

A idealização deste encontro começou em 28 de junho de 1969, em Nova York. A polícia invadiu o bar Stonewall Inn, frequentado por gays, lésbicas, *drag queens* e pessoas trans. Na época, batidas violentas em estabelecimentos LGBT+ eram comuns, mas, naquele dia, a comunidade revidou. O confronto durou dias e deu origem a protestos organizados, marcando o nascimento do movimento moderno. Um ano depois, acontecia a primeira Marcha do Orgulho Gay nas cidades de Nova York, Los Angeles e Chicago, uma celebração da resistência que se espalharia pelo mundo.

A parada chegou ao Brasil em São Paulo, em 1997. Nesta época, a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), proibiu inicialmente que o evento ocorresse na Avenida Paulista, pois se recusava a parar o trânsito para o evento. Em resposta à repressão, duas mil pessoas foram às ruas pela luta pela representatividade e finalmente realizaram a primeira Parada LGBT+. Aos poucos, o movimento foi conquistando espaço, atraindo celebridades, políticos e até patrocínios de grandes marcas. Nas primeiras edições, o evento acontecia por meios de recursos próprios e doações, liderado, desde o início, pela Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOGLBT). No ano passado, houve o patrocínio do Burger King, do portal Terra, do Banco do Brasil, Vivo, L'Oreal Amstel, dentre outros.

Em 2006, com o tema "Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos", a Parada de São Paulo entrou para a história ao reunir 2,5 milhões de pessoas, superando Nova York e se tornando um símbolo global da diversidade no Guiness Book, como a maior parada gay do mundo. Por trás dos trios elétricos e das fantasias exuberantes, sempre houve luta: contra a AIDS, homofobia e pela aprovação de direitos, como o casamento igualitário. O tema do ano passado foi "Basta De Negligência E Retrocesso No Legislativo: vote consciente por direito da população LGBT+"

Ao longo dos anos anteriores, a Parada tem abordado questões políticas e sociais relevantes para a comunidade LGBT+. O tema deste ano retoma a aliança entre as resistências ao longo das gerações. Em entrevista ao **Contraponto**, Diego Oliveira, diretor de Cultura e Captador de Recursos da APOLGBT-SP, ressalta a necessidade de conectar o passado e o presente do movimento. "Muitas pessoas desconhecem a longa história de luta da população LGBT+ contra a marginalização, perseguição e invisibilidade. Esse ano, a Parada busca resgatar essa memória, celebrando as conquistas e a resiliência de nossos antecessores", destaca.



© Gayblog

Primeira Parada do Orgulho na Avenida Paulista em 1997

O envelhecimento de pessoas LGBT+ ainda é um desafio para muitos, principalmente pelo abandono e pela falta de políticas públicas. Ao trazer este tema para a maior Parada do mundo, o movimento reafirma que todas as fases da vida importam, além de combater o etarismo dentro e fora da comunidade. Ao dizer "Memória, Resistência e Futuro", os holofotes focam naqueles que vieram antes, abriram caminhos e enfrentaram as lutas mais duras. "Almejamos um futuro de igualdade, onde a diversidade seja celebrada e não motivo de marginalização ou risco" diz Oliveira.

Ao longo das suas quase três décadas de existência, a Parada se expandiu para além do evento em si, se tornando um ato político carregado de significado. Ao honrar o passado, lutar no presente e pensar em um futuro de igualdade e respeito, o evento deixa uma marca na história da comunidade e reforça que envelhecer, com orgulho, é um direito de todos. Diversos projetos e iniciativas relacionadas à Parada foram desenvolvidos e ocorrem anualmente para organizar e preparar o evento:

Encontro Brasileiro de Organizações de Paradas LGBT+

O objetivo do encontro é reunir as organizações de diversas Paradas pelo Brasil para uma troca de experiências relacionadas à organização de eventos como as paradas de orgulho, além de uma unificação maior da comunidade. Em 2025, ocorrerá nos dias 16 a 19 de junho.

Feira Cultural da Diversidade LGBT+

A Feira tem como objetivo promover a economia criativa e a comunidade LGBT+. O evento conta com espaços de gastronomia, artesanato, workshops e arte e produtos com temáticas LGBT+, além de um palco com shows de artistas que pertencem à comunidade. Neste ano, a Feira ocorrerá no dia 19 de junho.

Corrida do Orgulho LGBT+

Dia 21 de junho, na véspera da Parada, ocorre a Corrida do Orgulho: são 5km de corrida ou caminhada em clima de festa e integração. A Corrida é aberta para todos: atletas, simpatizantes, famílias e amigos.

Prêmio Parada SP de Cidadania LGBT+

O antigo Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade LGBT+ agora tem um novo nome. A premiação tem 11 categorias e é uma referência no reconhecimento de iniciativas em prol da comunidade. Até o momento, não foi divulgada nenhuma data oficial para 2025.

As atrações de 2025 ainda não foram confirmadas, mas, em 2024, alguns dos programas culturais que fizeram parte da programação da Parada foram o Circuito do Orgulho LGBT+ de SP, no qual a Casa Quee, projeto multilinguagem com foco na temática LGBT+, participou da Feira da Diversidade; a Casa Queer na Casa Fluída, que é um espaço de arte e gastronomia; o Festival Cine na Praça, evento com exposições gratuitas de filmes ao ar livre, que teve o tema "Diversidade Contra o Fim do Mundo"; 3a Edição do Festival Vórtice, um espaço de trocas e diálogo sobre arte, amor, sexo e erotismo. Além dos tradicionais trios elétricos com Pabllo Vittar, Glória Groove, Tiago Abravanel e o bloco Minhoqueens.

“1Q84” é a lástima arte de escrever bem

Onde o peso da criatividade toma forma nas mãos de um autor



© The New York Times

Haruki Murakami completa 76 anos de vida

Por Isabelle Rodrigues

O livro 1Q84, publicado em três volumes entre 2009 e 2010, obra do famoso autor Haruki Murakami, nunca foi considerado bem-visto pela maioria de seus leitores. Para críticos mais severos, a frase “A lástima de escrever bem” descreve com exatidão a obra de Murakami. Há até aqueles que questionam seu título de best-seller como um verdadeiro objeto de pesquisa para historiadores literários. Porém, mesmo com as críticas, *1Q84* tornou-se uma das maiores e mais influentes trilogias da história do Japão, vendendo mais de 4 milhões de exemplares.



1Q84, edição brasileira em três volumes

O título do livro faz referência direta à “1984”, obra premiada de George Orwell, publicada em 1949. Para obter maior destaque e se diferenciar de sua inspiração, o autor optou por adicionar “Q” ao título, que na pronúncia japonesa ainda mantém a mesma sonografia do número nove. Curiosamente, Murakami escondeu do público todos os detalhes dos pré-lançamentos. É especulado que essa decisão tenha vindo das altas críticas recebidas por seus lançamentos anteriores.

Em 1Q84, a história é narrada em pontos de vista alternados, na perspectiva de três personagens diferentes: Aomame, uma assassina de homens abusivos; Tengo, um professor de matemática e aspirante a escritor; e, mais tarde, no terceiro volume, temos a adição de Ushikawa, um detetive contratado para encontrar Aomame, após ela matar o líder da seita. É assim que a narrativa repleta de confusões, realidades paralelas e criaturas sobrenaturais toma sua forma, onde todos os personagens têm vivências distintas, que criam uma trama misteriosa, porém muito lenta e arrastada, o que já é característico dos livros de Murakami.

> “O mundo em que estou agora não é o mundo em que eu estava até ontem. Alguma coisa mudou.”

Destacando mais o estilo de escrita do autor, Murakami faz parte da escola literária detalhista. Logo no início da trama, longos trechos são dedicados a descrever situações rotineiras ou opiniões dos personagens, sendo possível considerar que a narrativa principal só começa a aparecer a partir da página 130, o que pode tornar a leitura cansativa e pouco dinâmica para muitos. Talvez como forma de compensação, sua escrita é formulada de forma simples, com vocabulário acessível e sem jargões literários complexos.

Seguindo a premissa inicial de 1Q84, tudo começa quando Aomame atravessa a cerca da estação de trem. Ao passar, a personagem começa a ter suas memórias e sentimentos questionados a cada segundo, iniciando assim sua transição de 1984 para 1Q84. É nesse ponto que o autor demonstra um de seus maiores trejeitos – ou pecados – na escrita, onde não há uma construção prévia muito grande. Para leitores não japoneses, é necessário confiar unicamente nas informações passadas por Aomame e Tengo sobre as mudanças.

Em um dos primeiros acontecimentos do livro, a protagonista encontra um jovem policial com um uniforme diferente do usual e uma pistola semiautomática. Sem pestanejar, ela se questiona sobre a mudança, pois, segundo o próprio autor, Aomame é o tipo de pessoa que lê compulsivamente notícias e deveria saber sobre essa modificação, um ato que, para leitores japoneses, parece quase natural, mas não faz sentido para outros públicos. Há também como questionar os conhecimentos de Aomame, porém neste caso, Murakami consegue justificar essa parte com a relação da moça com armas de fogo e brancas, por conta de seu trabalho como assassina.

> “Se eu tivesse um nome comum como Sato, Tanaka ou Suzuki, poderia ter vivido uma vida um pouco mais tranquila ou olhado as pessoas com olhos um pouco mais tolerantes.”

Outra crítica a ser feita é o quão datada da sua história se torna, principalmente em sua visão extremamente problemática e beirando o fetichismo ao retratar mulheres, onde até mesmo Aomame em sua versão mais jovem e Fukaeri, a escritora de crisálida de cristal, não conseguem escapar. Essas cenas são sexualizadas e parecem não exercer um propósito de crítica ou de liberdade sexual feminina, mas sim, uma forma de atiçar a cabeça do leitor a imaginar os detalhes narrados de forma grotesca de duas adolescentes.

Há detalhes a serem elogiados, como a magnífica capacidade do autor em criar personalidades únicas para os seus personagens, como a conexão de Aomame com a música clássica e a de Tengo com a escrita. Mesmo existindo diversas histórias sobre realidades paralelas, nenhuma delas flui como esta. A adição da narrativa sobre a seita e os pequeninos desperta uma curiosidade no leitor, que tenta imaginar por si mesmo até onde Murakami está disposto a ir por sua pérola literária.

No final de sua trilogia, nos deparamos com um final quase que em aberto, considerado até decepcionante. Depois de mais ou menos quatrocentas páginas em cada volume, era desejada uma conclusão definitiva. Esse ponto torna a obra frustrante, e acaba por tirar qualquer mérito em uma releitura ou análise profunda, pois no fim do dia nunca existirá uma confirmação sobre o futuro de Tengo e Aomame, eles viverão para sempre como uma memória incompleta de um livro bonito na estante de leitores por todo mundo.

> “Sempre existe apenas uma realidade.”

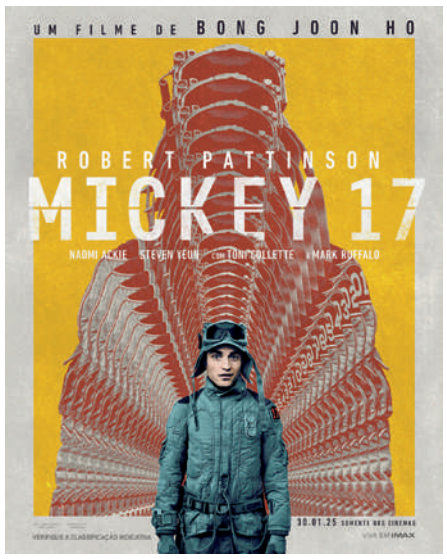
Considerando 1q84 em sua totalidade, a obra tem sim seus méritos literários, fortalecendo o legado criado por Murakami, como um dos mais populares autores entre o público jovem . Mesmo com sua abordagem controversa e diversos barrancos, o livro cumpre seu propósito como uma aventura de mistério e paranormalidade.

Entre clones e críticas sociais, *Mickey 17* promete muito e entrega pouco

O filme mistura crítica e política com os absurdos da ficção científica, criando uma aventura de altos e baixos

Por Maria Eduarda Cepeda

O filme *Mickey 17* estreou nos cinemas brasileiros em março deste ano. Escrito e dirigido por Bong Joon-ho, nele conhecemos a história de Mickey Barnes, um homem sem muita sorte que, após se envolver em uma dívida milionária com um agiota, decide se alistar como "descartável" para uma missão de colonização no planeta Niflheim. O longa teve um investimento cinematográfico de US$ 118 milhões além de US$ 80 milhões em marketing, de acordo com a Variety. O filme empacou, desde o mês de estreia, US$127 milhões, causando um prejuízo aos estúdios Warner Bros.



© Divulgação/Warner Bros

Pôster de Mickey 17

O longa-metragem é uma adaptação do livro *Mickey 7*, de Edward Ashton, publicado em 2022 nos Estados Unidos. A tradução brasileira chegou em outubro do ano seguinte pela editora Planeta Minotauro. Embora a obra tenha sido adaptada aos cinemas, o roteiro e o livro apresentam diferenças significativas na narrativa e na construção dos personagens. Robert Pattinson e Charles Yu colaboraram com Bong Joon-ho na adaptação do roteiro fazendo parte do elenco protagonista. Conhecido pelos seus papeis em *Batman* (2022) e *O Farol* (2019), Pattinson estrela o novo longa e continua a se desafiar com personagens excêntricos – Mickey não parece nada com o que ele já tenha feito antes. Ao seu lado, temos nomes consagrados como Mark Ruffalo, Toni Collette, Naomi Ackie e Steven Yeun.

Neste novo planeta, Mickey Barnes trabalha como um cobaia para armas biológicas, missões letais ou como um faz-tudo para a tripulação. Ao aceitar esse cargo, ele está ciente de que, toda vez que morrer, será reimpresso através de uma máquina de clonagem. Essa tecnologia, proibida na Terra, o permite continuar com os seus afazeres após cada falecimento. Em uma de suas missões, Mickey-17 acaba caindo em uma fenda de gelo e é dado como morto por seu amigo Timo, que o vê cercado por Creepers, alienígenas nativos do planeta. O que ele não esperava é que Mickey seria salvo por esses animais, que o retornam à superfície.

Ao retornar à nave, Mickey se depara com uma situação perigosa: foi clonado enquanto ainda estava vivo. A existência de múltiplos é proibida, e a máquina de clonagem só pode funcionar sob a condição de que, se houver duplicatas, elas devem ser exterminadas. Agora, com dois Mickeys na nave, ambos devem decidir se um irá partir ou se guardarão o segredo e se manterão vivos. Em meio a um paradoxo do "Navio de Teseu", Mickey-17 e Mickey-18 também devem lidar com as políticas fascistas e higienistas de Kenneth Marshall, o responsável pela missão, além de impedir que os nativos do planeta sejam exterminados.

A escolha de Bong Joon-ho para tomar a frente desse projeto não parece ter sido por acaso. Conhecido por seus trabalhos como *Okja* e *Parasita* – vencedor do Oscar de "Melhor Filme" em 2020 –, sua direção ácida escancara as injustiças da sociedade, mostrando o mundo como ele é. E, em *Mickey-17*, isso não é diferente: mesmo em um novo planeta, as críticas do diretor permaneceram e se mostraram pertinentes. O governo de Marshall satiriza, mesmo que não intencionalmente, a ascensão de governos autoritários ao redor do mundo. Bong não hesitou em ridicularizar e mostrar como homens como ele são tão frágeis e insignificantes quanto suas ideias. Já o debate sobre colonização e extermínio de espécie nativa nos faz refletir sobre o presente: como empresas cada vez mais famintas por capital lidam com o que ainda nos resta de humanidade e investem em viagens espaciais bilionárias para perpetuar o que fazem aqui em outros planetas.

Mesmo com suas críticas mornas, *Mickey-17* se mostra um filme pertinente para o momento em que foi lançado. O humor que Pattinson e seus colegas de elenco trazem a partir de suas atuações exageradas e a absurdez de algumas cenas dá um tom leve a momentos tão pesados, como as cenas de tortura e as mortes de Mickey. Mas, apesar de tudo isso, não foi o suficiente para agradar a todos – é evidente que muitos sentiram falta de algo mais forte vindo do diretor.

Mesmo não sendo novato no gênero de sci-fi, abreviação para ficção científica, é notável sua adaptação: "[...] O contrário disso está no roteiro expositivo, que, com 2 horas e 19 minutos, fica quase insuportável ver os personagens explicando em diálogos tudo que sentem, pensam e fazem. Fora o humor, muito irônico e cínico, mas, na maior parte do tempo, não tem sucesso em tirar risadas", diz Giulia Cardoso em sua crítica ao filme para a revista *Rolling Stone Brasil*.

"A filmografia do diretor deixa claro que o sul-coreano já mostrou ser capaz de trabalhar temáticas desse tipo com a ousadia necessária, mas que, dessa vez, não é vista. Mais do que isso, o roteiro, também escrito por ele, é tão mastigado, superficial e com metáforas óbvias que parece impossível a Warner não ter exercido influência considerável para garantir que a obra fosse de fácil compreensão para o público médio", enfatiza Martinho Neto para o site Cinema com Rapadura. Ele ainda afirma que a qualidade do filme foi afetada pelo não aprofundamento dos assuntos tratados ao longo da trama.



© Elle Brasil

Apesar de ser excluído entre os tripulantes, Mickey criou uma relação profunda com Nasha, interpretada por Naomi Ackie

As escolhas de Bong Joon-ho são questionáveis quanto ao roteiro e ao tempo que lhe foi dado – era necessário mais pulso firme para um projeto tão ousado. No entanto, o filme é capaz de teletransportar o espectador a Niflheim e fazê-lo se conectar com o protagonista. Assim como no livro, nos tornamos íntimos de Mickey e de sua história, de sua relação com Nasha (Naomi Ackie) e do que foi deixado para trás na Terra. *Mickey-17* pode não ter sido o melhor que já vimos de Bong Joon-ho, mas é um bom começo para seus desafios em gêneros mais ousados no cinema.

Sobrevivendo para sonhar

Por Nicole Domingos

Bem-vindo ao Brasil, onde as pessoas são apenas números e você é só mais um. Bem-vindo ao quadrado, um espaço onde você tem que se encaixar e não pode reclamar.

Bem-vindo ao padrão, um lugar onde se você não seguir as regras vai preso e por ser diferente, vão te tratar com desprezo.

O primeiro confinado foi a liberdade, está a tanto tempo com eles que muitos até duvidam da sua realidade.

Neste território, onde a religião não aceita histórias criadas pelo coração, "tem que manter os pés no chão", dizem então. Lá, onde a rebeldia vive e o sonho até pode ser uma opção, mas apenas na funda escuridão. Para esses a imaginação é uma resistência. Até porque, quem não quer sair de um lugar onde a arte é o maior assunto do tão falado folclore da ilusão.

Alguns ainda tentam dizer por aí que são livres, coitados, mal sabem o atual estado civil da verdade.

Declaram querer ter a liberdade dos animais, o que é até plausível, já que eles são mais sapiens do que os homo. O que os diferencia, é que o conhecido "animal", todos estão em perigo de extinção, já no caso dos humanos, os conhecidos "racionais", os únicos que são machucados, são os famosos viados.

As pessoas que estão dentro da caixa não costumam ter muito o que pensar, apenas observar e sentir. Quando se vive muito tempo dentro de uma, aprende que respirar é viver e acreditar é sonhar. Alguns sentem muito, por isso sobrevivem.

Observando de longe, é possível ver uma calça linda no shopping da insegurança, onde quem estava vestindo é uma daquelas modelos que não come todo o dia e chora toda noite.

Em um rápido momento reparando melhor, dá para ver que está andando de pressa, quando olha para trás vários homens a seguindo fazendo uma linda promessa.

"Imagina ter toda essa atenção", disse a fiel companheira, a querida Solidão.

Já eu, me pergunto se o motivo de tanta pressa é devido aos holofotes, ou o medo do seu íntimo ser violentado pelos homo-tudo pode.

A forma como eles a seguem me fez lembrar de um protesto que foi de se admirar. Quando um homem com seus seguidores disse que era a favor da informação e contra a manipulação, realmente podemos dizer que não deu muito bom. E a prova disso, é que hoje ele é apenas um homem, o qual ninguém conhece.

E eu? Sou uma dessas pessoas que sentem muito, por isso sobrevivo. Com o tempo, aprendi que sobreviver é a rotina, viver é a meta e ser jornalista é o sonho.

Não tem treino hoje, na semana que vem talvez

Por João Curi

É A CHUVA. Não pode cair que enxagua todos os planos de ocupar a quadra para treinar. Handebol, futebol, vôlei, basquete, não importa o esporte. Com a quadra molhada não tem jogo, nem treino, nem tem o que fazer. O espaço é descoberto, tanto do teto, quanto de recurso, se considerar as cercas rasgadas. A verdade é que a quadra é perigosa até seca. O piso é erodido o suficiente para fazer buraco, e dependendo da pressa, a sola do tênis pode escorregar. Já vi atletas federados pisarem em ovos por ali. Disto não dá pra discordar: a quadra te deixa humilde.

Os times da PUC-SP se acostumaram ao que têm. Quadra aberta, portão meio emperrado, grade com o furo certinho para passar a bola e ter que dar a volta para buscar. As equipes de voleibol percebiam o poste torto *a la Torre de Pisa* e logo descobriram o porquê: o encaixe para as redes de vôlei também era lar para uma colônia de formigas minúsculas.

Acionado o departamento competente, interditaram desta vez, a quadra de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025. Em algum outros momentos, a quadra fechava por duas semanas, talvez três. O problema insistia em voltar, por algum motivo. Paciência - outra virtude que todo atleta está exercitando.

As equipes de handebol também tiveram lá suas surpresas. Quando não é a chuva interrompendo o treino, é a própria quadra que cancela. No começo deste ano, os times de handebol masculino e feminino dos cursos de Comunicação perderam mais de um quarto do horário reservado às segundas-feiras para descobrir porquê a quadra estava lacrada com fitas amarelas e pretas, como um aviso de obra. O piso estava seco, sem cimento fresco, grades estavam no lugar e de estranho só havia alguns montinhos de correntes espalhadas próximo a um dos gols. Chegando mais perto, descobriu-se que eram parte das grades antigas. Renovaram o material que cerca a quadra para não deixar a bola escapar nem os galhos das árvores do bosque, vizinho ao esporte, invadirem a marcação. Sem aviso prévio para a direção do campus, que também não sabia da interdição, romperam-se os lacres e as equipes entraram, ao custo de vinte a vinte e cinco minutos de burocracia.

No dia 10 de abril deste ano, as cinco atléticas do campus Monte Alegre se reuniram para elaborar um apelo comum à reitoria: melhor infraestrutura da quadra. Era de se esperar que a PUC-SP, que é duas vezes campeã dos Jogos Jurídicos Estaduais pelo Direito (1997, 2023), onze vezes campeã dos extintos Jogos Paulistas de Relações Internacionais (JOPRI) e oito vezes campeã da Interpsico desde 2006 pela atlética de Psicologia, fosse uma universidade que oferecesse melhores condições aos atletas, que enchem o campus de segunda a sábado. Mas não é o caso. De acordo com o diretor-geral de esportes da atlética da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA-PUC), Matheus Sylvestre, a infraestrutura do campus prejudicou a preparação das equipes para as Economíadas Paulista - principais jogos universitários da categoria - por culpa das chuvas recorrentes sobre a quadra aberta e o tamanho menor do que as dimensões oficiais.

E não é só isso. No dia 9 de maio, quatro das cinco equipes de handebol masculino da PUC-SP - Comunicação, Psicologia, FEA e Direito - realizaram a segunda edição da Copinha PUC, idealizada e promovida pelos diretores da modalidade, com o intuito de fortalecer os laços da comunidade puquiana e incentivar o esporte no campus. Com a sorte de não chover na noite da competição, as equipes tiveram que seguir os quatro jogos programados sem redes nos gols, o que prejudicou a fidelidade dos placares. Segundo a comissão organizadora do evento, mesmo notificando com um mês de antecedência ao departamento competente, como foi requisitado, a quadra não dispunha da infraestrutura ideal para a realização dos jogos, que não foram adiados nem cancelados. A novela começou três dias antes da competição, quando os organizadores cobraram a secretaria de esportes do Programa de Atendimento Comunitário (PAC) quanto às redes dos gols e foram informados que um novo material já teria sido comprado, mas não há prazo para a chegada e instalação.

Na mesma linha, as equipes de voleibol também enfrentaram problemas de infraestrutura, o que acabou prejudicando todas as outras modalidades por igual e gerou intrigas entre as equipes que compartilham o espaço durante a semana. O diretor da modalidade pela atlética de Comunicação, Leonardo Bruttin, revela que o drama com os postes da rede de vôlei começou em julho do ano passado, quando a equipe - que treina uma vez por semana na quadra - notificou rachaduras nos encaixes que sustentam o equipamento.

O problema voltou a surgir em agosto de 2024, piorando a cada semana. Na terceira vez, em outubro, passaram duas semanas com as rachaduras e seus entulhos acompanhando o treino. A rede não ficava mais reta, como deveria. Em dezembro, a teimosia venceu a "solução" do cimento improvisado e o buraco aumentou. Depois disso, a quadra permaneceu interditada para reparos por dois meses. Contra todos os esforços, em 26 de fevereiro deste ano o problema voltou. Sem interdições por enquanto. E sem soluções também. Para mais informações, aguarde a previsão do tempo.

Os vigilantes de um olhar matado ainda sonham

Por Giuliana Barrios Zanin

Ao entrar sob as quatro rodas alongadas, um homem alegre me convida a ir à Praia Grande. Ele parecia sério, tanto que fiquei em dúvida se eu estava no lugar certo. Na verdade, era o mais certo possível. Vamos! Chegou a hora. Decidi me sentar perto dele para conversar melhor, me parecia alguém que tinha muita coisa para contar.

Aviso: a partir de agora, as paradas serão curtas e rápidas, então se atente aos degraus e ao seu ponto final.

Meu nome é Sandro. *Todos digam oi para o Sandro*. Enquanto conversávamos, ele sempre olhava para o redor. Eu perguntei o porquê. Esse é o meu trabalho. Olhar a cidade. As pessoas não olham mais para o mundo, ele relata. O barulho da catraca interrompe, por um momento, a nossa conversa. Boa noite. Ao longo da viagem, seremos atravessados, senão pelos barulhos das catracas, será pelos ruídos da cidade ou pelo tempo curto da passagem.

A todo minuto, Sandro enfrenta uma despedida - *um oi, um raro sorriso e tchau*. Não sei se ele se acostumou com essa brevidade, mas, são, pelo menos, 39.600 horas acenando para vidas passageiras. Isso não impede o seu olhar de ser atencioso e seguro. Enquanto as pernas andavam sem saber por onde as cabeças estavam, Sandro fazia questão de se atentar.

Olha, está aqui. Eu lhe perguntei como seria sua vida caso o corpo andasse junto à cabeça. Eu quero estudar alguma coisa. Eu gosto de falar com as pessoas. Quero ajudá-las. Mal sabe que Deus tem guardado para ele muito mais do que ele imagina. Licença, você pode trocar essa nota de dez? Apesar do trabalho lhe cobrar, senão pelas notas, por uma ameaça de uma vida quase extinta, Sandro não para de sonhar. Seus olhos sabem para onde querem ir - ele deixa claro que essa não é sua despedida da praia ou da cidade. Mas ele olha os retrovisores e sabe que os carros não possuem muita paciência. A rapidez está matando o que Sandro tem de sobra - tempo para observar.

Por um momento, ele me contou que já ouviu muito da boca do povo que o que faz não é mais produtivo. Tudo está no celular. Daqui a pouco, você será mandado embora. Mas esses são boatos circulando há mais de dez anos. Ele também não faz questão de ouvir muito, apesar de ser também um bom ouvinte até dos barulhos ensurdecedores, como o silêncio. É, menina, muita gente não olha na nossa cara, ou chega estressado querendo arranjar briga. Mas sabe por que eu não faço nada? Eu prefiro manter a nossa viagem em harmonia, porque eles são apenas passageiros.

O que foi determinado a um cobrador de ônibus, Sandro se dedica a outras coisas mais. Num mundo onde o contato restringiu aos *posts* ou *matches* de uma vida residual de afeto, o trabalho daqueles que cotidianamente são cercados pelo atropelamento das falas, pelos acenos de bom dia e pelas trocas de informações sobre os lugares se restou a uma função vigilante. (apesar de algumas linhas já terem se ocupado por vigilantes remotos). E como eles se sentem?

Sandro, assim como outros vigilantes da cidade, tentam se adiantar antes que chegue ao seu ponto final. Ele mesmo está treinando para ser motorista e conseguir enfim estudar Direito que é o que ele tanto fala com a boca cheia. Ser cobrador de ônibus também se tornou passageiro? Espero que não seja tão cedo para que eu veja Sandro na sua verdadeira viagem dos sonhos.

Cheguei no ponto onde sempre desço e foi a minha vez de me despedir de Sandro, pelo menos hoje. Dessa vez, quem olhava para ele era a cidade, que não era Praia Grande, mas um litoral de almas encantadoras de João do Rio à beira da selva de concreto.

Cobertura do caso Luighi gera debates sobre omissão por parte da imprensa

Ataque racista a jogador do Palmeiras expõe apatia da Conmebol e da mídia



© Reprodução Conmebol

Luighi chorando em entrevista após mais um caso de racismo

Por Guilherme Romero, Ian Ramalho, João Pedro Batista, Lucas Farias e Rafael Jorge

No dia 6 de março de 2025, durante uma partida da Copa Libertadores Sub-20 entre Cerro Porteño e Palmeiras, no Paraguai, o atacante Luighi, de 18 anos, foi vítima de racismo por parte da torcida adversária, que imitou sons de macaco e cuspiu em direção aos jogadores brasileiros. Abalado, o camisa 9 da equipe alviverde foi substituído e chorou no banco de reservas.

Na entrevista após o jogo, o atacante demonstrou revolta com a postura do repórter da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), que ignorou os insultos racistas sofridos durante a partida e limitou-se a parabenizá-lo pela vitória. Indignado, o jovem interrompeu a pergunta para cobrar um posicionamento sobre o episódio: "O que fizeram comigo foi um crime", desabafou.

Após a ocorrência de mais um caso de racismo em competições sul-americanas, a Confederação puniu o Cerro Porteño em US$50 mil e jogos com portões fechados durante a Copa Libertadores Sub-20.

Porém, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) fez uma queixa formal declarando que a multa era insuficiente para combater o racismo no futebol sul-americano. O presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, pediu punições mais severas, incluindo a expulsão do time paraguaio do torneio.

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, também expressou sua indignação, considerando a punição "absurda" e sugerindo que os clubes brasileiros se retirem da CONMEBOL e se filiem à Confederação das Associações de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF), em busca de um ambiente mais rigoroso no combate ao racismo.

Em competições da América do Sul, como a Libertadores, clubes brasileiros frequentemente enfrentam cenários hostis quando jogam fora de casa – não apenas no aspecto esportivo, mas também no social.

Episódios de racismo se repetem ano após ano em países sul-americanos. No entanto, os brasileiros não são os únicos alvos desse tipo de violência. Jogadores e torcedores estrangeiros, especialmente negros ou indígenas, também têm sido vítimas de ataques racistas nos estádios do continente.

Torcedores paraguaios e bolivianos já denunciaram episódios de ofensas racistas em partidas realizadas no Brasil, frequentemente sendo chamados de forma pejorativa de "índios" e alvos de piadas xenofóbicas nas arquibancadas. Um exemplo recente ocorreu no dia 9 de abril de 2025, durante o confronto entre as equipes profissionais de Palmeiras e Cerro Porteño, no Allianz Parque, quando parte da torcida palmeirense foi flagrada proferindo insultos racistas contra torcedores paraguaios.

Esses episódios, registrados em diferentes países e envolvendo diversos clubes, mostram que o racismo no futebol sul-americano não é um problema isolado e sim uma mancha estrutural que exige respostas firmes, urgentes e coletivas.

Em entrevista ao **Contraponto**, o jornalista Luiz Carlos Júnior, narrador e apresentador da TV Palmeiras, aponta: "Os casos se multiplicam à medida que as punições não são aplicadas com rigor, mas ao mesmo tempo enxergo que não há uma movimentação intensa dos clubes para buscar medidas educativas a fim de diminuir a reincidência". Com a importância e a expressividade do futebol em países da América do Sul, o esporte pode ser uma ferramenta de conscientização no combate a comportamentos racistas, xenofóbicos, misóginos, entre outros.

O narrador ainda ressalta a necessidade de união entre organizadores e participantes para a criação de medidas eficazes, mas, acima de tudo, medidas educativas que impactem o torcedor além dos dias de jogo, alcançando também seu cotidiano.

"Com a intensificação das denúncias de casos de racismo dentro dos estádios, cabe aos clubes, entidades e veículos de comunicação o compromisso de oferecer todo apoio às vítimas destes crimes, punir os responsáveis com o rigor da lei e promover maior conscientização sobre a gravidade das ações preconceituosas", completa Luiz Carlos Júnior .

Entretanto, a postura inicial da mídia esportiva e da CONMEBOL gerou amplas críticas nas redes sociais, sobre a postura do repórter de campo, que fez uma pergunta revelando a violência racial sofrida pelo atleta. Porém, em vez de adotar uma posição firme contra a discriminação, tanto a cobertura jornalística quanto a entidade organizadora do torneio optaram por um comportamento mais evasivo, tratando o fato de forma superficial.

Em seu perfil no Instagram, Luighi afirmou que episódios como aquele deixam cicatrizes profundas e destacou que precisam ser tratados como crimes. "Doi na alma. E é a mesma dor que todos os pretos sentiram ao longo da história, porque as coisas evoluem, mas nunca são 100% resolvidas", disse o atacante.

Ele ainda se perguntou até quando situações como essa continuarão acontecendo e disse esperar que, um dia, essa pergunta não precise mais ser feita.

Com o aumento da repercussão pública e das críticas à cobertura inicialmente superficial, veículos de imprensa passaram a dar maior destaque ao caso. Jornais paraguaios, como o ABC e o Diário Popular, classificaram o episódio como um escândalo e destacaram a reação emocional do atacante durante a entrevista.

Nas redes sociais, a pressão foi ainda mais clara: torcedores, atletas e figuras públicas se manifestaram em apoio ao jogador. Um dos exemplos mais impactantes veio do atacante do Real Madrid e um dos símbolos de resistência, Vinícius Júnior, que publicou: "Até quando, Conmebol? Vocês nunca fazem nada. NUNCA!".

As declarações impulsionaram um debate amplo sobre a responsabilidade das entidades esportivas e a necessidade de ações mais concretas no combate à discriminação racial nos campos. Casos como



© Alexandre Durão

Luighi comemorando um gol com o punho cerrado

esse se tornam cada vez mais frequentes. O *Observatório da Descriminação Racial no Futebol*, em 2023, registrou um aumento de 50% nos casos de racismo em competições sul-americanas. A Conmebol firmou parceria com o Observatório do Racismo para melhorar essa estatística no ano seguinte. Porém, no jogo entre Flamengo e Millonarios, que marcava o início da Copa Libertadores de 2024, foi registrado o primeiro caso de racismo no torneio, quando um torcedor colombiano, vestido com as cores dos donos da casa, imitou um macaco em direção aos rubro-negros. Nenhum dos clubes se manifestou sobre o ocorrido, muito menos a Conmebol. Essa reincidência de casos leva a uma maior tensão pública e midiática sobre as organizações responsáveis por essas competições e combate a esses atos.

O presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Gianni Infantino, disse que ficou profundamente indignado com os ataques sofridos por Luighi. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, se solidarizou com o jogador do Palmeiras e condenou o racismo como o "fracasso da humanidade", além de cobrar ações efetivas das entidades esportivas.

Casos como esse são recorrentes no meio futebolístico e, consequentemente o jornalismo esportivo, em todos os seus meios, têm sido palco de discussões sobre o assunto, dos jornalistas mais experientes aos mais jovens o tema é frequente. Porém, poucos dias após o ocorrido, o assunto caiu no esquecimento e se tornou mais um "caso isolado" nos programas e jornais sobre esporte.

A cobertura em tópicos sobre racismo se concentra em casos específicos e não focam nas causas estruturais que ocasionam os comportamentos preconceituosos dentro do futebol. Discutem apenas o resultado e não é feita uma análise sobre os motivos da violência racial no esporte, seja dentro de campo ou fora dele.

Ao relativizar esse debate, principalmente no Brasil, se normaliza os casos como se não fossem graves, em um país que, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, 55,5% da população se identifica como preta ou parda.

Uma pesquisa feita em 2021, pelo Perfil Racial da Imprensa Brasileira, revelou que no Brasil apenas 20,1% dos jornalistas são negros, em contrapartida 77,6% são brancos. Essa falta de representatividade nas mesas redondas e nas redações contribui para que o racismo seja minimizado, e assim a perspectiva de quem realmente sofre com o problema fica em segundo plano. Os programas, em grande parte, são formados por jornalistas brancos, falando de uma dor que não os atinge de nenhuma forma, enquanto pouquíssimos comunicadores negros são empregados na mídia hegemônica.

Segundo Anderson Marques, jornalista e repórter de campo da SportMediaSet, em entrevista ao **Contraponto**, "O que deveria ser um espaço de celebração do esporte, da diversidade e da integração entre povos, muitas vezes se transforma em um palco para atitudes intolerantes e retrógradas". Esses episódios revelam não apenas um problema dentro das quatro linhas, mas um reflexo de questões sociais profundas que ainda não foram resolvidas em nossos países. É preciso que federações, clubes e torcedores compreendam a gravidade do racismo e tratem o tema com a seriedade e a urgência que ele exige.

Futebol e política são faces da mesma moeda, as tensões sociais presentes na sociedade inevitavelmente transbordam para dentro dos estádios. Em países como Argentina, Paraguai e Uruguai – onde há registros recorrentes de racismo nas arquibancadas – a ausência de políticas públicas eficazes e o fato de o racismo não ser tipificado como crime contribuem para sua normalização.

O tratamento do tema como piada ou provocação é sintomático. A nota do clube Cerro Porteño, ao sugerir que Luighi "caiu na provocação" e que sua reação foi desmedida, escancara a banalização da violência racial. Em vez de condenar o ato racista, responsabiliza a vítima, como se o enfrentamento do racismo fosse mais problemático do que o próprio racismo em si.

O jornalismo esportivo, por sua vez, tem o poder e a responsabilidade de transformar essas ocorrências em pautas de interesse público, para promover o diálogo social e expor as consequências da normalização do racismo nos estádios.

"A cobertura jornalística deve ir além da simples denúncia do episódio. O jornalismo tem a responsabilidade de contextualizar, investigar e cobrar. No caso do jogador Luighi, por exemplo, não basta apenas noticiar o ocorrido – é fundamental ouvir o atleta, dar voz a especialistas, expor a resposta [ou a omissão] das autoridades esportivas e abrir espaço para o debate público. O jornalismo não pode ser cúmplice do silêncio ou da banalização desses atos", conclui Anderson Marques.

Porém, isso pouco acontece na prática. No caso do jogador sub-20 do Palmeiras, ficou evidente o despreparo e a negligência do jornalismo esportivo nestes casos. O repórter de campo, ao se limitar a comentar os lances com a bola rolando, ignorou completamente a violência racial sofrida pelo atleta, omitindo um ataque direto aos direitos humanos.

Durante o Gre-Nal 445, válido pelo Campeonato Gaúcho, Roger Machado um dos poucos técnicos negros do futebol brasileiro e o único da série A, vestiu uma camisa em solidariedade ao jovem jogador. Mas durante a coletiva de imprensa ninguém perguntou sobre isso. Não houve nenhuma questão sobre o racismo ou reflexão sobre o episódio. Após a coletiva, Roger em uma entrevista ao *Jornal Matinal*, o treinador desabafou "Assim como lá, ninguém perguntou ao moleque, aqui também não. O silêncio venceu".

Os profissionais da imprensa esportiva são pressionados a seguir pautas que priorizam a audiência e o entretenimento imediato. Falar de racismo ou exclusão social exige tempo, apuração, e disposição para incomodar estruturas de poder – e isso raramente é incentivado pelos grandes veículos.

Torcida do Palmeiras em protesto anti-racista antes da partida contra o São Paulo, válido pela semifinal do campeonato Paulista



© Danilo Martins Yoshioka

Ensaio fotográfico *Exposição Funk: Arte & Resistência*
Museu das Favelas

Por Victória Rodrigues

A exposição Funk: Arte & Resistência celebra a força cultural e política do funk como expressão legítima das periferias brasileiras. Mais do que um panorama estético, a exposição propõe uma reflexão crítica sobre temas como racismo, criminalização, identidade e pertencimento, afirmando o funk como arte viva, coletiva e transformadora.



Memórias de uma Cidade Preta e Práticas Milenares – Markus CZA



Sem título – Hiago Bezerra



Os 9 de Paraisópolis – Andreza Delgado



A Rua É Nós – Bárbara Tristão



Ausência – Hiago Bezerra



Olha o Kit – O Tal do Ale



Marcha no Progresso – Luiz One



Sem título – Hiago Bezerra



Sem título – Akorô